



ACADEMIA MILITAR

***A Cooperação Técnico Militar no apoio à organização e
funcionamento da Academia Militar em Angola
O Papel dos Oficiais Portugueses***

Autor: Aspirante de Infantaria Nuno Filipe Lopes Ribeiro

Orientador: Tenente Coronel de Infantaria Rui Nicau

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, setembro de 2013**



ACADEMIA MILITAR

***A Cooperação Técnico Militar no apoio à organização e
funcionamento da Academia Militar em Angola
O Papel dos Oficiais Portugueses***

Autor: Aspirante de Infantaria Nuno Filipe Lopes Ribeiro

Orientador: Tenente Coronel de Infantaria Rui Nicau

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, setembro de 2013**

“A Instrução é atualmente a base de todo o desenvolvimento das instituições militares, sem a instrução o Exército não pode satisfazer ao seu fim”

General Sebastião Teles

Dedicatória

À minha família e amigos,
por todo o apoio prestado durante a frequência do curso na Academia Militar.

Agradecimentos

No decorrer deste Trabalho de Investigação Aplicada, que tem como objetivo a obtenção do grau de Mestre na especialidade de Infantaria, muitas foram as pessoas que contribuíram para que chegasse a esta fase. E é às pessoas que me acompanharam em todo o percurso da frequência da Academia Militar que quero agradecer.

Aos meus camaradas de curso que me apoiaram em todos os momentos difíceis, tanto profissionais como pessoais, e que me auxiliaram a chegar onde estou hoje, e a tornar-me a pessoa que sou hoje. Agradeço tanto aos que estão no curso comigo, como àqueles que infelizmente ficaram pelo caminho.

Aos meus pais que colocaram sempre em primeiro lugar o meu bem-estar e perspectiva de futuro em termos de estudo, acima das suas realizações pessoais e que contribuíram igualmente para a criação do meu carácter.

Em especial ao Tenente-Coronel Rui Nicau por esta oportunidade, pela total disponibilidade e pelo à vontade com que sempre contactou comigo.

A todos os oficiais com quem privei nesta jornada da minha vida e que contribuíram para uma melhor perceção sobre as responsabilidades que irei ter no futuro.

Aos oficiais entrevistados pela total disponibilidade tanto na resposta à entrevista como na oferta de apoio na realização do trabalho.

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada está subordinado ao tema “*A Cooperação Técnico-Militar no apoio à organização e funcionamento da Academia Militar em Angola: O Papel dos Oficiais Portugueses*”. Com esta investigação pretende-se estudar a contribuição dos oficiais portugueses na Cooperação Técnico-Militar Luso-Angolana, nomeadamente na criação da Academia Militar do Exército em Angola.

A Cooperação Técnico-Militar desempenha um papel determinante na imagem e prestígio das Forças Armadas perante os países com quem Portugal possui ligações políticas, e contribui para a paz e desenvolvimento global. Desta forma o pedido feito por Angola para auxiliar na criação de uma Academia Militar, incluía-se nas missões e incumbências do Exército Português, e foi de bom grado que Portugal elaborou um Projeto para a criação da mesma.

Neste trabalho procurou-se realçar o papel dos oficiais portugueses integrados neste Projeto, que se deslocaram para Angola para, conjuntamente com os oficiais angolanos e com o governo local estabelecer os objetivos a serem alcançados. Estes objetivos visavam a criação de uma Academia Militar em Angola, seguindo os moldes da Academia Militar de Portugal, uma vez que é uma referência pela língua bem como pela experiência e pelos mais de 175 anos de existência.

Este Trabalho de Investigação Aplicada é composto por cinco capítulos esquematizados de forma coerente. No primeiro é feito um enquadramento teórico e conceptual para entendimento do âmbito do estudo. No segundo é feita uma revisão de literatura para entender melhor o que é a Cooperação Técnico-Militar, a sua evolução e estudar mais especificamente o caso de Angola. No terceiro é apresentada a metodologia usada no trabalho. No quarto é feita apresentação dos dados recolhidos, uma análise e uma discussão dos mesmos. As conclusões e recomendações futuras são exaradas no derradeiro capítulo.

Para chegar a conclusões procedeu-se à análise das entrevistas realizadas e dos relatórios oriundos dos oficiais inseridos no Projeto.

A epopeia da Academia Militar do Exército começou em Luanda e, continuou no Lobito, espera-se, que se instale definitivamente na cidade do Huambo. Com exceção do

Instituto Superior Técnico-Militar, a Academia Militar do Exército é a única unidade do Exército que forma oficiais para o Quadro Permanente, com cursos de licenciatura de cinco anos, tendo ainda para os oficiais do Serviço Militar Obrigatório, cursos que classificam de médios, com um tempo entre um e dois anos, e cursos de oficiais oriundos de sargentos, onde são seleccionados os melhores sargentos, que se encontram dentro do perfil requerido. No Huambo nascerá também o Instituto Superior do Exército.

Mas enquanto não existir uma Academia Militar, destinada à formação dos oficiais do quadro permanente, não poderão garantir uniformidade de pensamento, de doutrina e de procedimentos, que muito facilitarão o cumprimento da sua missão, enquanto garantia da independência da nação e importante contribuinte para o desenvolvimento do país, concorrendo também como fator de coesão nacional.

O papel dos oficiais portugueses tem então como objetivo geral o apoio conceptual, organizativo e pedagógico à criação e funcionamento da Academia Militar do Exército.

Palavras-chave: Academia Militar, Angola, Cooperação Técnico-Militar, Exército, Forças Armadas Angolanas

Abstract

This work is Applied Research entitled "The Military-Technical Cooperation in supporting the organization and functioning of the Military Academy in Angola: The Role of Portuguese Officer". This investigation is aimed to study the contribution of the Portuguese officers in Military-Technical Cooperation Luso-Angolan, particularly in the creation of the Military Academy of the Army in Angola.

The Military-Technical Cooperation plays a decisive role in the image and prestige of the armed forces to the countries with which Portugal has political connections, and contributes to global peace and development. Thus the claim made by Angola to assist in the creation of a military academy, is included in the missions and tasks of the Portuguese Army, and was gladly Portugal has developed a project for the creation of it.

In this study we sought to emphasize the role of Portuguese officers integrated into this project, who moved to Angola, together with Angolan officials and local government establish the objectives to be achieved. These goals were aimed at creating a military academy in Angola, following the mold of the Military Academy of Portugal.

This Applied Research Work consists of five chapters outlined coherently. The first is made a theoretical and conceptual framework for understanding the scope of the study. The second is made a literature review to better understand what is the Military-Technical Cooperation, it's evolution and study more specifically the case of Angola. The third methodology is presented in the work. In the fourth presentation is made of the data collected, an analysis and discussion of them. The conclusions and future recommendations are printed in the final chapter.

To reach conclusions proceeded to the analysis of the interviews and the reports coming from the officers entered the Project.

Epic Military Academy Army began in Luanda and Lobito continued, hopefully, that definitely install in Huambo. With the exception of the Military Technical Institute, Military Academy of the Army is the only army unit officers how to frame Standing with undergraduate programs of 5 years, and yet for the officers of Compulsory Military Service courses that qualify for average, with a time between one and two years, and courses for

officers from sergeants, where the best are selected sergeants, who are within the required profile. Also born in Huambo is Army Superior Institute.

But while there is no Military Academy, for the training of officers of the permanent, cannot ensure uniformity of thought, doctrine and procedures, which greatly facilitate the fulfillment of its mission, while ensuring the independence of the nation and an important contributor to the development of the country, running also as a factor of national cohesion.

The role of the Portuguese officers then has as general objective the support conceptual, organizational and teaching to the creation and operation of the Military Academy of the Army.

Keywords: Angola, Angolan Armed Forces, Army, Military Academy, Military-Technical Cooperation.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	vi
Índice Geral	viii
Índice de Quadros	xi
Lista de Apêndices e Anexos	xii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xiii
Capítulo 1	1
Introdução	1
Introdução	1
1.1. Problema de Investigação: Escolha, Formulação e Justificação	2
1.2. Delimitação de Abordagem	3
1.3. Questão Central	3
1.3.1. Questões Derivadas	4
1.4. Hipóteses de Investigação	4
1.5. Objetivos do Estudo	5
1.6. Metodologia	6
Capítulo 2	7
A Cooperação Técnico-Militar e Angola	7
2.1. A Cooperação Técnico-Militar	7

2.1.1. Objetivos da Cooperação Técnico Militar	7
2.2. Resenha Histórica da Cooperação Técnico Militar	9
2.3. A Cooperação Técnico Militar com Angola.....	12
2.4. Empenhamento do Exército Português	16
2.4.1. As Assessorias Técnicas	17
2.4.2. A Formação	18
2.5. Academia Militar em Angola	19
 Capítulo 3.....	21
Metodologia.....	21
3.1. Metodologia de Abordagem ao problema e justificação	21
3.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados.....	22
3.3. Locais, data da pesquisa e recolha de dados.....	24
3.4. Amostragem: composição e justificação	24
3.5. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados	25
 Capítulo 4.....	26
Apresentação, Análise e Discussão de Resultados.....	26
4.1. Apresentação de resultados	27
4.2. Análise de Resultados.....	32
4.3. Comparação com Moçambique	35
4.4. Entrevista ao Diretor de Serviços da Cooperação Técnico Militar	39
 Capítulo 5.....	42
Conclusões e Recomendações	42
Generalidades	42
5.1. Verificação das Hipóteses de Investigação	43

5.2.	Resposta às Questões Derivadas	44
5.3.	Resposta à Questão Central	45
5.4.	Recomendações	46
 Bibliografia		47
Apêndices		1
Anexos		1

Índice de Quadros

Quadro 1- Alunos PALOP (+) em Portugal	19
Quadro 2 - Descrição dos entrevistados e respetiva função.....	27
Quadro 3 - Apresentação dos dados da Questão nº2.....	28
Quadro 4 - Apresentação dos dados da Questão nº2.....	28
Quadro 5 - Apresentação dos dados da Questão nº3.....	28
Quadro 6 - Apresentação dos dados da Questão nº4.....	29
Quadro 7 - Apresentação dos dados da Questão nº5.....	29
Quadro 8 - Apresentação dos dados da Questão nº6 a.	30
Quadro 9 - Apresentação dos dados da Questão nº6 b.....	30
Quadro 10 - Apresentação dos dados da Questão nº7	31
Quadro 11 - Apresentação dos dados da Questão nº8.....	31
Quadro 12 - Dados do TCor Santos na CTM com Moçambique.....	35
Quadro 13 - Apresentação dos dados da Questão nº1 (Moçambique)	35
Quadro 14 - Apresentação dos dados da Questão nº2 (Moçambique)	36
Quadro 15 - Apresentação dos dados da Questão nº3 (Moçambique)	36
Quadro 16 - Apresentação dos dados da Questão nº4 (Moçambique)	36
Quadro 17 - Apresentação dos dados da Questão nº5 (Moçambique)	37
Quadro 18 - Apresentação dos dados da Questão nº6 a.	37
Quadro 19 - Apresentação dos dados da Questão nº6 b.....	38
Quadro 20 - Apresentação dos dados da Questão nº7	38
Quadro 21 - Apresentação dos dados da Questão nº8.....	38

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndices	1
Apêndice A – Sinopse de Angola	1
Apêndice B – Guião de Entrevista Oficiais em Angola.....	3
Apêndice C – Guião de Entrevista Oficiais em Moçambique	5
Apêndice D – Guião de Entrevista Comandante AMEx.....	8
Apêndice E – Transcrição das Entrevistas	10
Anexos	1
Anexo A – Pontos Essenciais dos Acordos de Bicesse.....	1
Anexo B – Protocolo de Lusaka.....	12
Anexo C - Mapa de Angola.....	21

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos¹

AFA	Academia da Força Aérea
AM	Academia Militar
AMA	Academia Militar de Angola
AMEx	Academia Militar do Exército
AMMSM	Academia Militar Marechal Samora Machel
APA	<i>American Psychological Association</i>
CIOAP	Centro de Instrução Operações de Apoio à Paz
CMLA	Comissão Mista Luso-Angolana
CMPC	Comissões Mistas Permanentes de Cooperação
Cor	Coronel
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DGPDN	Direção Geral de Política de Defesa Nacional
EFO	Escola de Formação de Oficiais
EFS	Escola de Formação de Sargentos
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EMGFAA	Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas
EN	Escola Naval
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAA	Forças Armadas Angolanas
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FALA	Forças Armadas Libertação de Angola
FAP	Forças Armadas Portuguesas
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola

¹Abreviaturas militares de acordo com PDE 0-18-00 (Ministério da Defesa Nacional, 2010).

FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
Gen	General
H	Hipóteses
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
ISEM	Instituto Superior de Estudos Militares
ISTM	Instituto de Superior Técnico Militar
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OAP	Operações de Apoio à Paz
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PLOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PQ	Programa Quadro
QD	Questões Derivadas
RA	República de Angola
TCor	Tenente-Coronel
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TL	Timor-Leste
UEO	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
UPA	União das Populações de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Capítulo 1

Introdução

Introdução

No âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar (AM), emerge o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), submetido ao tema “*A Cooperação Técnico-Militar no apoio à organização e funcionamento da Academia Militar em Angola: O Papel dos Oficiais Portugueses*”.

As Forças Armadas Portuguesas têm, desde o início da década de 90, participado com frequência em operações de apoio à paz, de ajuda humanitária e em ações de Cooperação Técnico-Militar² (CTM), não só em África, mas também na Europa e na Ásia. (Junqueira e Pires, 2009, p. 12)

Desta forma têm vindo a ser “*o elo mais visível da política externa portuguesa, projetando poder e prestígio num sentido que escapa às clássicas missões de soberania que estavam acometidas aos militares*” (Fernandes, 2004, p. 579).

Neste quadro de atuação, o Exército tem contribuído de forma substancial para a política externa do Estado Português, tanto em meios humanos como materiais, adaptando parte dos custos com a CTM num quadro de Cooperação Militar Bilateral³.

A AM como estabelecimento de ensino superior público militar tem a missão de dotar os futuros oficiais das suas Forças Armadas (FA) com aptidões técnicas e científicas em diversas áreas do conhecimento.

² Atividade de Cooperação Militar Bilateral efetuada com os países lusófonos com exceção do Brasil. Esta atividade compreende um “conjunto de ações que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas partidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas funcionais.” (Pires, 2006, p. 5)

³ Atividade onde se “desenvolvem e consubstanciam ações concretas entre dois Estados, contribuindo de forma inequívoca e relevante para um maior conhecimento e melhor compreensão dos objectivos e interesses nacionais no domínio da Segurança e da Defesa, acrescida transparência, conciliação de posições e eventual definição de objectivos comuns” (Pires, 2006, p. 5)

Este tema de investigação, relacionado com a criação da Academia Militar em Angola (AMA), surge para melhorar a noção de como este tipo de formação se desenrola nos países quais temos relações de cooperação.

Neste capítulo está descrito a escolha, formulação e justificação da pertinência deste tema. É ainda neste capítulo apresentada a delimitação da abordagem, enunciada a questão central e as questões derivadas que desta advêm. São explanadas as hipóteses, definidos os objetivos a atingir e é apresentada uma síntese da metodologia usada.

1.1. Problema de Investigação: Escolha, Formulação e Justificação

A escolha do problema de investigação requer ponderação e reflexão consideráveis por parte do investigador. De certa forma *“Qualquer investigação tem por ponto de partida uma situação considerada como problemática, isto é, que causa um mau estar, uma irritação, uma inquietação, e que, por consequência exige uma explicação ou pelo menos uma melhor compreensão do fenómeno observado. Um problema de investigação é uma situação que necessita de uma solução, de um melhoramento ou de uma modificação (Adebo, 1974), ou ainda, é um desvio entre a situação atual e tal como deveria ser (Diers, 1979).”* (Fortin, 2009, p. 48).

Desta forma a escolha deste tema tem como finalidade obter uma melhor perceção sobre a cooperação existente entre Portugal e Angola, no domínio de um projeto específico, referente à criação de uma AM em Angola.

O tipo de cooperação bilateral⁴ e multilateral⁵ que Portugal tem com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), nem sempre se desenrolou de forma tranquila. Isto deve-se ao facto de após as colónias portuguesas em África garantirem a sua independência, iniciou-se um período de grandes tensões, com maior incidência em Angola e Moçambique. Estes anos conturbados levaram a que os países procurassem apoio externo, de modo a alcançar a paz. No caso de Angola houve necessidade de pedir auxílio não só a Portugal mas também a outros países.

⁴ Desenvolvendo-se de encontro aos interesses comuns entre dois estados, as Relações Bilaterais podem completar “de modo mais pontual e concreto, as relações ao nível multilateral (alianças, blocos, organizações internacionais).” (Pires, 2006, p. 11)

⁵ “A cooperação multilateral portuguesa (...) é entendida como uma forma de expandir a influência do país internacionalmente, ajudando a ampliar a sua capacidade de intervenção na política de ajuda internacional ao desenvolvimento”. Retirado: setembro, 16, 2013, http://janusonline.pt/2002/2002_3_3_6.html

O apoio português em Angola ainda é uma realidade hoje em dia, associado não só a termos militares, mas também políticos e económicos.

A criação das Forças Armadas Angolanas (FAA) contou com um pronto apoio de Portugal, com a criação de vários projetos materializados em Programas-Quadro (PQ), que servem para traçar os vários objetivos durante os diferentes anos de cooperação.

A CTM desempenha um papel determinante na imagem e prestígio das Forças Armadas Portuguesas (FAP) perante os países com quem Portugal possui ligações políticas, e contribui para a paz e desenvolvimento global. É pertinente abordar este tema de modo a retirar conclusões sobre a CTM entre Portugal e Angola.

O tema visa analisar as consequências do envio de Oficiais Portugueses para Angola e qual o seu papel específico no desenvolvimento da futura AMA.

Para realizar esta análise, iremos também fazer a comparação com o Projeto similar que se desenvolve em Moçambique.

1.2. Delimitação de Abordagem

Esta investigação incidiu unicamente no papel dos oficiais portugueses em Angola na ajuda à criação da AMA. O período temporal desta investigação recaiu entre Abril de 2001 e Junho de 2013.

1.3. Questão Central

A investigação é um processo que implica dúvidas, várias escolhas e hipóteses. Para contrariar esse facto, o investigador tem que fazer um esforço para escolher uma linha orientadora o mais definida possível. Para definir essa linha o investigador cria então a questão central. Essa questão de investigação é definida por alguns autores como *“uma interrogação explícita relativa a um domínio que se deve explorar com vista a obter novas informações. É um enunciado interrogativo e não equívoco que precisa os conceitos-chave, específica a natureza da população que se quer estudar e sugere uma investigação empírica”* (Fortin, 2009, p. 51). Esta questão serve para explicar o que o investigador procura confirmar, é o fio condutor da investigação e, como tal a questão levantada deve apresentar as qualidades de clareza (ser precisa, concisa e inequívoca), de exequibilidade

(ser realista) e de pertinência (ter intenção de compreender os fenómenos estudados). (IESM, 2007).

Tendo em conta estas premissas, esta investigação visou então responder à questão *“De que forma o envio de Oficiais do Exército Português auxilia na criação de raiz de uma Academia Militar de Angola pronta a formar Oficiais dos quadros do Exército de Angola?”*

1.3.1. Questões Derivadas

As questões derivadas são *“enunciados interrogativos precisos, escritos no presente, e que incluem habitualmente uma ou duas variáveis assim como a população estudada. (...) Decorrem diretamente do objetivo e especificam os aspetos a estudar”* (Fortin, 2009, p. 101). Surgem da necessidade de se aprofundar a questão central. Essencialmente escarpeliza a questão central em questões mais simples que servem para enumerar conceitos chave relacionados com a questão anteriormente proferida.

Tendo em conta a abrangência da questão central, o campo de reflexão tornou-se mais vasto, dando origem a várias questões derivadas (QD):

QD1: Qual a intervenção dos Oficiais do Exército Português na criação da Academia Militar de Angola?

QD2: Quais as consequências em termos de parcerias para o futuro?

QD3: Que tipo de comparação pode ser feita com o plano de estudos da Academia Militar Portuguesa?

1.4. Hipóteses de Investigação

Uma hipótese de investigação é *“um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis. (...) Combina o problema e o objetivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados”* (Fortin, 2009, p. 102).

Uma hipótese é então uma expectativa e funciona como linha orientadora para a investigação. São afirmações que devem ser claras e concretas, dando respostas às questões de investigação levantadas anteriormente. Tentam solucionar a questão central ajudando a compreender o tema. Não refletem necessariamente a verdade, pois são formuladas antes

do início da investigação e, confirmam ou infirmam as hipóteses de investigação levantadas.

Perante as questões identificadas, formularam-se as hipóteses (H) seguintes:

H1: Auxiliam na aplicação de um plano de estudos e formação militar similar à do Exército Português e da Academia Militar tendo em consideração os meios do Exército de Angola.

H2: No futuro e em caso de conflitos aproveitar esta mesma parceria para treinos e preparação e projeção de forças no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou de iniciativa Bilateral Portugal/ Angola.

H3: Utilização de um plano de estudos similar ao da Academia Militar Portuguesa para uma mais fácil interação com os Oficiais Angolanos.

1.5. Objetivos do Estudo

No que concerne ao objetivo do estudo este *“indica o porquê da investigação. É um enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível dos conhecimentos estabelecidos no domínio em questão. Especifica as variáveis-chave, a população alvo e o contexto de estudo”* (Fortin, 2009, p. 100).

De forma complementar, *“O objetivo do estudo indica a principal intenção da investigação, ou seja, corresponde ao produto final que a investigação quer atingir. (...) Citando assim o que se quer alcançar com a investigação a longo prazo. Tanto os objetivos gerais como os específicos permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais.”* (Sousa & Baptista, 2011, p. 26).

Com a presente investigação pretende-se explicar o papel e as razões do envio de oficiais portugueses para Angola para a criação de uma AM naquele país. Angola tem há 500 anos uma ligação estreita com Portugal, e desde a sua independência tem vindo a usufruir do apoio de Portugal para se tornar um país moderno, desenvolvido e independente a vários níveis. Desta forma, com a criação de uma AM dentro das suas fronteiras, os futuros oficiais do Exército Angolano iriam passar a ter a sua formação dentro do seu país, ao contrário do que acontece agora, em que necessitam de se deslocar para outros países para a receberem.

1.6. Metodologia

Este estudo cumpre as normas fornecidas pela Academia Militar (2011), complementadas, no caso de omissão, pelas normas *American Psychological Association* (APA), 6ª edição.

Como método de análise de informação, vai ser utilizada a análise de conteúdo, assente em fontes primárias e secundárias: desde obras literárias, sítios da internet, documentos oficiais⁶, tal como entrevistas diretivas. “*Melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva*” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p.226, 227).

Na análise de conteúdo, a variante escolhida será a análise temática cujo objetivo principal é revelar as representações sociais ou os juízos predominantes no mundo científico da temática em questão. (Quivy e Campenhoudt, 1992, p.226). Este método será complementado com entrevistas diretivas, semelhante a um questionário, não havendo ambiguidade nas perguntas, embora só existam questões abertas. (Santos, 2010).

Foram criados três guiões de entrevista, um para os Oficiais que se deslocaram a Angola, um para os Oficiais do Projeto em Moçambique e por último um para o Exmo. Tenente-General Queirós, Comandante da Academia Militar do Exército angolano. Foi também entrevistado o Coronel António Pinheiro, Diretor de Serviços da Cooperação Técnico-Militar, sem guião estruturado, que serviu também de contributo para a realização do presente trabalho.

⁶ Entenda-se os Relatórios Anuais de Atividade da CTM

Capítulo 2

A Cooperação Técnico-Militar e Angola

2.1.A Cooperação Técnico-Militar

A CTM é definida pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) que emana as linhas de orientação política. Pretende contribuir para a paz e para o desenvolvimento global, e tem envolvido os PALOP⁷, decorrente de uma vivência de quase 500 anos, pelo uso da língua portuguesa, laços históricos e culturais. (Pires, 2006, p. 18)

Segundo Pires (2009, p. 19) a partir das solicitações apresentadas pelos PALOP que são concretizadas em PQ, que carecem de avaliação e aprovação em reuniões das Comissões Mistas Permanentes de Cooperação (CMPC), a política de CTM concretiza-se na execução de Projetos. Estes projetos são definidos por objetivos, ações a desenvolver, duração, calendarização, custos, direção técnica e são divididos em:

- Assessorias técnicas;
- Formação de pessoal (em Portugal e nos PALOP (+)⁸);
- Fornecimentos de material;
- Prestação de serviços.

2.1.1. Objetivos da Cooperação Técnico Militar

Segundo Pires (2009, p. 19) os Objetivos Permanentes, Políticos e Estratégicos da Cooperação Técnico-Militar/CTM Portuguesa, conforme expressos pela Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) são:

⁷ A partir de 20 de Maio de 2002, foi estendido igualmente a Timor-Leste

⁸ Quando se referir PALOP (+) deverá incluir-se Timor-Leste aos restantes PALOP

- “Afirmar a presença de Portugal no Mundo pela participação ativa das Forças Armadas Portuguesas na sustentação da Política Externa do Estado, especialmente com os Países de Língua Portuguesa para o apoio ao desenvolvimento;
- Contribuir para o estreitamento da Cooperação no Mundo Lusófono em geral e da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa em especial, reforçando os laços culturais, históricos e económicos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com Timor-Leste (TL), vulgarizando o uso da língua portuguesa e projetando a visão humanista da lusofonia;
- Contribuir para a segurança e a estabilidade interna dos PALOP e de Timor-Leste através da formação de Forças Armadas apartidárias, subordinadas ao poder político e totalmente inseridas no quadro próprio de regimes democráticos”.

Segundo Pires (2009, p. 19) para isso:

- “Fomentar o conceito de que a instituição militar é fator estruturante dos Estados e das Nações, contribuindo decisivamente para a consolidação da identidade nacional;
- Apoiar a organização, a formação e o funcionamento das Forças Armadas dos PALOP e de Timor-Leste, tendo em permanente atenção a especificidade socioeconómica e político-militar de cada país;
- Conferir prioridade elevada aos Projetos de Cooperação Técnico-Militar relacionados com o desenvolvimento cultural e económico desses países, nomeadamente a formação, nas áreas jurídico-administrativa e técnico-científica;
- Finalmente consolidar a formação de unidades militares e serviços de apoio desenvolvidos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar e que possam vir a ser empregues pelos órgãos de soberania de cada PALOP em Operações de Apoio à Paz (OAP), Humanitárias ou de Gestão de Crises, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de Organizações Regionais de Segurança e Defesa, mandatadas para tal”.

2.2. Resenha Histórica da Cooperação Técnico Militar

A evolução da política de CTM é dividida de acordo com Junqueira e Pires em três fases (2009, p. 15):

- Pacificação das relações PALOP/Portugal
- Consolidação
- Sustentação

A fase da pacificação inicia-se em 1978, com o surgimento dos primeiros pedidos por parte dos PALOP, de cooperação militar. (Junqueira e Pires, 2009, p. 15)

“Na área militar intensificavam-se iniciativas e contactos da parte de todos os PALOP no sentido de estabelecerem laços de cooperação com as Forças Armadas Portuguesas”. (Ribeiro, 2006, p. 19)

Estes pedidos e contactos conduziram à realização de alguns encontros entre missões militares portuguesas e os seus homólogos dos países africanos. A dificuldade na definição de objetivos e programas a desenvolver, aliado à falta de enquadramento institucional, e à definição de um orçamento específico, foram os fatores que levaram a que este tipo de relacionamento não se concretizasse. (Junqueira e Pires, 2009, p. 15).

Até 1988, de uma maneira geral pode dizer-se que uma política de cooperação militar com os PALOP foi-se desenvolvendo de forma dispersa e desconexa, sem objetivos definidos. (Ribeiro, 2006, p. 20)

Entre 1988 e 1989 foram assinados os Acordos de Cooperação Técnica no Domínio Militar entre alguns dos PALOP. (Junqueira e Pires, 2009, p. 15)

“Surgiram assim os primeiros instrumentos da cooperação na área militar, traduzidos em acordos assinados entre a Republica Portuguesa e a República de Cabo Verde (Mindelo, 13 de junho de 1988), a República Popular de Moçambique (Maputo, 7 de dezembro de 1988), a República Democrática de S. Tomé e Príncipe (Maputo, 21 de dezembro de 1988) e a República de Guiné-Bissau (Bissau, 5 de março de 1989).” (Ribeiro, 2006, p. 20)

Há que salientar que não foi assinado nenhum acordo com Angola no fim da década de 80 do século passado há semelhança dos restantes PALOP, e que a respetiva CTM com este país se encontrava ainda enquadrada apenas pelo Acordo Geral de Cooperação assinado em 1978. (Junqueira e Pires, 2009, p. 15)

Isto devia-se “*face à complexa situação interna que então se vivia naquele território, a braços com a invasão e ocupação militar de largas parcelas das províncias meridionais por forças sul-africanas, estreitamente articuladas com acções de guerrilha conduzidas pela União Nacional de Independência Total de Angola (UNITA), sob a chefia de Savimbi.*” (Ribeiro, 2006, p. 21)

Através da participação de Portugal no Processo de Paz em Angola (1991 a 1993), em outubro de 1996 é assinado entre Portugal e o Governo angolano um acordo idêntico aos anteriores, elevando assim a cooperação militar ao nível institucional. (idem, p. 21)

Com a implementação do modelo, já em 1991, em que a política de CTM se materializa na execução de Projetos, que se concretizam a partir de solicitações apresentadas pelos PALOP, e que se inscrevem em PQ, dá-se então início à fase de consolidação. (Junqueira e Pires, 2009, p. 17)

“Os grandes objectivos da CTM com os PALOP, previamente definidos por todas as partes e a que se subordinariam todos os programas-quadro, contemplavam as seguintes prioridades:

- *Valorização e pleno aproveitamento dos recursos humanos, entendidos como o mais precioso factor do potencial nacional de qualquer Estado;*
- *Opção por projectos técnicos conformes à realidade sócio-económica de cada país e ao quadro geo-estratégico envolvente;*
- *Recuperação de infra-estruturas com ligação directa aos projectos aprovados;*
- *Normalização de doutrinas e procedimentos.*” (Ribeiro, 2006, p. 35)

No final de 1992 é feito um primeiro balanço dos resultados da implementação da nova metodologia de execução da CTM, chegando-se à conclusão que existia capacidade para intervir em Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, ao contrário de Moçambique e Angola onde a situação político-militar fragilizava a intervenção. (Junqueira e Pires, 2009, p. 17)

“Nos meados da década de 90, a CTM estava firmemente alicerçada e novas perspectivas se abriam a partir de sucessivas reflexões que foram tendo lugar na Direcção Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN).” (Ribeiro, 2006, p. 39)

Sendo assim a partir de 1995, com o novo modelo organizativo dos Ramos e com as novas tarefas deles decorrentes, sendo reconhecido o notável empenhamento dos Três

Ramos das FAP, tal como o elevado sentido de missão dos militares envolvidos, dá-se início à fase de sustentação da CTM. (Junqueira e Pires, 2009, p. 28)

“No quadro da Prevenção de Conflitos e das Operações de Manutenção de Paz em África, deu-se início, já em 1995, à participação de Portugal, por via da CTM estabelecida bilateralmente com cada um dos PALOP, no reforço das capacidades desses países com vista à sua participação em acções de prevenção e resolução de conflitos no continente africano.” (Pires, 2006, p. Apd E-2)

Desta forma propiciou-se a aquisição de um conjunto de capacidades:

- Adoção de procedimentos normalizados;
- Formação militar e treino especializado (formação de forças especiais, fuzileiros navais, comandos, polícia militar);
- Treino de forças ao nível de exercícios militares combinados. (idem)

Dentro deste âmbito, e através dos Projetos de CTM relativos à organização das forças especiais de Angola e Moçambique, foi possível dar continuidade à participação desses países no Exercício “ORION 96”⁹, no Quadro de Programas de Exercícios das FAP, estabelecido pelo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. (Junqueira e Pires, 2009, p. 30)

Durante o ano de 1996, surge então a ideia de alargar os efeitos desta cooperação para o quadro multilateral, para a totalidade dos PALOP onde fosse possível. Surge assim o conceito de globalização. (Ribeiro, 2006, p. 39)

O conceito de globalização tinha como objetivo assentar na eficácia, na eficiência e na economia dos mesmos, sendo adaptada à realidade de cada um dos países envolvidos. Foram assim definidas as áreas prioritárias, que serviram como pilares de uma cooperação militar a desenvolver:

- “Preparação e treino local de unidades militares para participação em Operações Humanitárias e de Apoio à Paz;
- Fomento e instalação, local, de núcleos de Estabelecimentos Fabris Militares;
- Fomento e reforço da criação local de Estabelecimentos de Ensino Militar;

⁹ O Exercício “ORION 96” teve como finalidade exercitar os comandos e unidades do Exército Português, de forças de países aliados e dos PALOP, em operações defensivas e em operações de apoio à paz, com ênfase nas de manutenção da paz e de ajuda humanitária. A participação dos PALOP foi constituída por:

- 1 Pelotão de Comandos (27 militares) de Angola;
- 2 Equipas de Forças Especiais (12 militares) de Moçambique;
- 1 Observador da RGB;
- 1 Observador da RCV. (Junqueira e Pires, 2009, p. 30)

- Organização de ciclos de Conferências e Seminários sobre matérias de Segurança e Defesa” (Pires, 2006, p. Apd E-3)

De acordo com o General Gonçalves Ribeiro, o objetivo da globalização é *“potenciar os resultados alcançados pela CTM no quadro bilateral, entre Portugal e os PALOP, alargando-os a novas áreas de cooperação no formato Cinco + Um (PALOP + Portugal).”* (2006, p. 45)

Associado ainda ao conceito de globalização aparece o conceito de horizontalidade. Desde o início da década de 90 que a CTM assenta num princípio de relação bilateral entre Portugal e cada um dos PALOP (+), ou seja, uma verticalização dos projetos. Com a horizontalização, um projeto cobre o conjunto dos PALOP (+) numa relação multilateral. (Pires, 2006, p. 27)

Realizou-se em Maputo, em setembro de 1997, com a participação de representantes de Portugal, de todos os PALOP e do Brasil (este país meramente como observador), uma reunião preparatória, onde foi discutida uma nova política de cooperação baseada no conceito de globalização. Esta era caracterizada por uma maior criatividade e participação dos países envolvidos, e tinha como objetivo facilitar o estudo e a implementação de novas formas de cooperação. Estas no entanto não deveriam chocar com os objetivos já definidos do antecedente e que se vinham a desenvolver. Foi ainda nesta reunião que se denotaram as potencialidades desta nova metodologia, promovendo alargar esta globalização para um âmbito mais vasto (nomeadamente à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)), somando-lhe agora o vetor da Defesa e Segurança. (idem, p. Apd E-3)

2.3.A Cooperação Técnico Militar com Angola

No início de 1991 iniciam-se em Portugal, em sigilo, conversações entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA, na tentativa de chegar a um acordo de paz para Angola, que leva-se a um fim aos dezasseis anos de luta armada. Estas conversações tiveram a mediação do Governo Português e a participação de observadores dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). (Ribeiro, 2006, p. 32)

Tendo isto em conta, a CTM com Angola apresentou pouco significado, dados os condicionalismos¹⁰, até à assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse (31 de Maio de 1991), e resumia-se essencialmente a iniciativas bilaterais entre as duas forças aéreas, relativas a material e serviços prestados pelas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico. (Junqueira e Pires, 2009, p. 38)

Após a assinatura do acordo de paz, as forças Armadas Portuguesas participaram na formação das FAA¹¹, e após a conclusão do processo de paz que terminaria com a entrada em funções do Executivo saído das primeiras eleições livres, e prosseguiria com o apoio da CTM luso-angolana. (idem, p. 38)

A formação das FAA encontrava-se estipulada na Adenda IV – Protocolo do Estoril, um dos documentos que compunha os Acordos de Paz para Angola¹².

Deu-se assim início a uma série de cursos em território angolano, para a formação de formadores, oficiais e sargentos, oriundos das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA)¹³ e das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA)¹⁴. Estes cursos foram ministrados em instalações militares reabilitadas, e contaram com um forte apoio da Parte Portuguesa, tanto com a presença com assessores como com a oferta de material pedagógico. Estes cursos tiveram lugar em:

- Huambo, na Escola de Formação de Oficiais (EFO)¹⁵, para oficiais superiores;
- Benguela, na Escola de Formação de Sargentos (EFS). (Ribeiro, 2006, p. 82)

Angola passou a beneficiar igualmente com os restantes PALOP, do programa de formação técnico-militar em Portugal, a partir de meados de 1991. (Junqueira e Pires, 2009, p. 38)

Em finais de 1992, com o reacender das hostilidades, cessou a participação de militares portugueses na formação das FAA. A guerra civil que se instaurou, ao contrário do período de 1975 a 1990, alastrou-se a todo o território angolano. Assistia-se assim ao desalento por parte da mediação internacional, que via os seus recursos humanos, técnicos

¹⁰ Ver Apêndice A – Sinopse de Angola

¹¹ “A participação de Portugal neste processo havia sido solicitada ao Primeiro-ministro, Prof. Cavaco Silva, durante as negociações em Bicesse, quer pelo Governo de Luanda, quer por Jonas Savimbi.” (Ribeiro, 2006, p. 81)

¹² Ver Anexo A – Pontos Essenciais dos Acordos de Bicesse, p. A-9

¹³ Braço armado do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (Ribeiro, 2006, p. 78)

¹⁴ Braço armado da UNITA (Ribeiro, 2006, p. 78)

¹⁵ Durante o processo de paz foi equipada e reparada com o apoio de uma assessoria portuguesa. Esta escola funcionou em Huambo até à inauguração do Instituto Superior de Ensino Militar (ISEM), nos arredores do Luanda, estabelecendo uma estreita parceria com o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) em Lisboa (Ribeiro, 2006, p. 82)

e financeiros, que haviam sido canalizados para o processo de paz, desmoronar. (Ribeiro, 2006, p. 91)

Com o desenrolar do conflito, em ambos os planos, interno e externo, relativos às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e em particular da situação portuguesa, de modo a que não desvanecesse o objetivo de formar uma FA nos moldes aprovados nos Acordos de Paz de Bicesse, reiniciaram-se estudos de situação e contatos no sentido de se criar um programa de CTM que permitisse apoiar essa mesma organização das FAA. (Junqueira e Pires, 2009, p. 38)

Apenas em 1994 é assinado o Protocolo de Lusaka (20 de novembro de 1994), no qual as partes (Governo e UNITA) se comprometiam a restabelecer a paz, segundo o que já havia sido acordado nos Acordos de Paz de Bicesse. (idem, p.45)

Ainda nas conversações de Lusaka, ambas as partes analisaram o incremento da cooperação militar entre Portugal e Angola, mais especificamente que “*Portugal seria solicitado a desempenhar o papel principal na conclusão da formação das FAA, não nos moldes acordados em Bicesse, mas segundo os parâmetros definidos pelo Estado-maior General das Forças Armadas Angolanas (EMGFAA) e fixados no Protocolo de Lusaka (nomeadamente Anexos 3 e 4)*”¹⁶. (Ribeiro, 2006, p. 106)

É assim aprovado logo no início de 1995 um programa específico com vista a apoiar a conclusão da formação das FAA. Este programa constava de cinco projetos e treze subprojectos, dividindo-se em três níveis, que apoiavam a reestruturação e reorganização do sistema de Defesa Nacional e das FAA para o cumprimento de missões de paz:

- 1º Nível – Apoio direto e permanente à organização superior da Defesa e Forças Armadas;
- 2º Nível – Apoio direto e permanente à organização de unidades e estabelecimentos de formação militar;
- 3º Nível – Apoio direto e permanente à organização de estruturas militares (Serviços e Unidades). (Junqueira e Pires, 2009, p. 45)

“*O ano de 1996 foi fértil nos contactos bilaterais entre Portugal e Angola.*” (Ribeiro, 2006, p. 120)

O PQ específico aprovado para 1996 contava ainda com os mesmos projetos e subprojectos de 1995, e foram ainda acrescentadas as seguintes ações por parte de solicitações da parte angolana:

¹⁶ Ver Anexo B – Protocolo de Lusaka

- Programa de apoio à organização e funcionamento do sistema logístico das Forças Armadas Angolanas (FAA);
- Programa de apoio à formação de quadros das FAA (formação local de quadros e assessorias técnicas às Regiões Militares). (Junqueira e Pires, 2009, p. 45)

A 30 de abril de 1997, concluíam-se o processo de formação das FAA unificadas. (Ribeiro, 2006, p. 144)

Durante o ano de 1997 o PQ manteve-se e, realizou-se em Lisboa a 3 de outubro de 1997, a primeira reunião da Comissão Mista Luso-Angolana (CMLA). Nesta reunião fez-se a avaliação dos Projetos de CTM em curso e a negociação e aprovação do PQ para o biênio de 1998/1999. A 2ª Reunião da CMLA decorreu em Luanda a 8 de abril de 1998, e serviu para reconfirmar o PQ estabelecido. (Junqueira & Pires, 2009, p.46)

Composto por seis Projetos e vinte Subprojectos, o novo PQ manteve a abrangência¹⁷ de níveis de intervenção que caracterizava a CTM luso-angolana, reforçando a componente de apoio à organização do ensino militar nas Forças Armadas de Angola, nomeadamente contribuir para a aquisição de capacidades acrescidas às FAA, no domínio da Globalização da CTM, ao nível da formação militar (estabelecimentos de ensino militar – médios e superiores) e centros de instrução. (idem)

Apesar das hostilidades entre as duas partes, Governo e UNITA, passaram de estado latente a combates localizados no ano de 1998, a cooperação manteve-se. (Ribeiro, 2006, p. 148)

De 1998 a 2001 os PQ sofreram poucas alterações e nas reuniões que se realizaram foram apenas revistos e o seu prazo estendido.

As FAA que se encontravam agora com o estatuto de força convencional encontravam-se a ser estruturadas e organizadas para garantirem o cumprimento das missões determinadas na Constituição e noutros dispositivos legais. Teria assim que dispor no futuro de capacidades para enfrentar qualquer tipo de ameaça ou agressão externa ao território. Era assim necessário fazer um esforço intensivo nas áreas de Organização e Formação, tendo que preparar, qualificar ou converter o maior número de quadros, tanto oficiais como sargentos, em estabelecimentos e unidades militares modernas e devidamente apetrechadas. Surge assim um estudo de capacidades por parte da DGPDN

¹⁷ Apoio à organização superior da Defesa e das Forças Armadas, incluindo a elaboração dos respetivos normativos, apoio à organização de estabelecimentos de formação/ensino militar e apoio à organização de serviços e unidades militares). (Junqueira e Pires, 2009, p. 45)

em conjunto com o Estado-maior do Exército, para a criação de raiz de uma AM das Forças Armadas, em Luanda. (Ribeiro, 2006, p. 202)

A 6ª Reunião da CMLA realizou-se em Luanda de 26 de outubro a 1 de novembro de 2001, e foi analisado o grau de execução do PQ em vigor. Nesta reunião, onde se debateu as ações para o ano de 2002, tendo em conta os constrangimentos de ordem financeira que afetaram, entre outros, os recursos financeiros afeto à CTM, foi decidido priorizar os seguintes Projetos:

- ISEM;
- AM;
- Centro de Instrução de Comandos;
- Escola de Formação de Oficiais;
- Escola de Formação de Sargentos. (Junqueira e Pires, 2009, p. 49)

A 7ª Reunião da CMLA realizou-se em Lisboa de 27 a 29 de novembro de 2002, e é de realçar nesta reunião que foi avaliado o Programa de Formação de Pessoal em Portugal, onde foi reconhecido que existiu uma otimização dos resultados comparando com anos anteriores, graças à opção feita por Angola, de privilegiar os Cursos de Formação e de Qualificação dos Quadros Superiores das FAA, ao invés de estágios de curta duração e de outros cursos básicos, e onde foi abordada também a problemática dos bolseiros militares angolanos que desertam em Portugal. (idem)

Foi também renovada a posição, no quadro da multilateralização da CTM, de favorecer a formação local em Angola aproveitando as suas capacidades. Sendo assim a formação de militares oriundos de outros países, recebeu total apoio e disponibilidade de Portugal, para continuar este apoio. (ibidem)

A situação conflitual em Angola encontrava-se em 2002 reduzida a ações de guerrilha, e apenas cessou em 22 de fevereiro desse ano. Este dia coincidiu com a morte de Savimbi, e assim da guerra civil. (Ribeiro, 2006, p. 150)

2.4.Empenhamento do Exército Português

Podemos então dividir o grande empenhamento do Exército com a CTM em Angola, em duas áreas que se encontram intimamente ligadas: as assessorias técnicas e a formação. Este empenho está refletido não só no número de militares empenhados, mas

também ao nível dos encargos assumidos, da legislação produzida e de militares formados. (Junqueira e Pires, 2009, p. 50)

2.4.1. As Assessorias Técnicas

Segundo Junqueira e Pires (2009, p. 52) no âmbito das assessorias, as ações desempenhadas por elementos do Exército foram as seguintes:

- Implementação das assessorias aos Projetos – MDN, EMGFA e Estado-Maior do Exército (EME) – que contribuíram para a elaboração dos anteprojetos de diplomas legais necessários à organização e funcionamento da Defesa Nacional e das FAA;
- Implementação do programa da organização do Sistema Logístico das FAA, no âmbito do Protocolo de Lusaka, e do programa de Residências da CTM;
- Apoio na organização e funcionamento das unidades de Comandos, Polícia Militar e ISEM, bem como instrução aos seus quadros e tropas. Deve referir-se que frequentaram o ISEM quase todos os Generais das FAA e da Polícia Nacional;
- Implementação da assessoria ao Projeto da Academia Militar Angolana que contribuiu para a elaboração do edifício legislativo necessário à sua organização e funcionamento;
- Apoio na organização e funcionamento das Escolas de Formação de Oficiais (Lobito), de Sargentos (Lubango) e de Administração Militar (Benguela);
- Apoio na preparação das forças angolanas participantes no Exercício “ORION”¹⁸ 96” e nos diversos exercícios da série “FELINO”¹⁹, com destaque especial para a organização e preparação do referido exercício que decorreu em Angola em 2004;

¹⁸ O exercício ORION é o principal exercício anual do Exército e tem por finalidade testar as capacidades da Força Operacional Permanente do Exército (FOPE) e tem como finalidade avaliar a capacidade de emprego operacional da FOPE em situações táticas diversificadas. Foram empenhadas as Grandes Unidades Operacionais, as Zonas Militares e as Forças de Apoio Geral, bem como as Unidades da Estrutura Base. (EXÉRCITO, 2013)

¹⁹ O exercício FELINO insere-se na série de Exercícios Militares Conjuntos e Combinados, desenvolvidos no âmbito da cooperação técnico-militar com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, têm a finalidade de permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas as legislações nacionais. (EMGFA, 2013)

- Implementação da Assessoria ao Projeto do Centro de Instrução Operações de Apoio à Paz (CIOAP), a qual contribuiu para o aprontamento de um Batalhão para o desempenho deste tipo de missões, bem como para o levantamento das estruturas inerentes a este tipo de instrução.

2.4.2. A Formação

De acordo com o General Gonçalves Ribeiro, “*a área da Formação surgia como uma aposta maior*” da CTM e deveria ser considerado prioritário desde o início. (Ribeiro, 2006, p. 202)

A estrutura de Ensino das Forças Armadas Angolanas dispõe atualmente, para a formação dos seus quadros, de uma escola de oficiais oriundos do recrutamento geral e obrigatório, de uma escola de sargentos, de um instituto superior técnico militar e de uma escola superior de guerra para a qualificação e especialização de oficiais. A Escola Superior de Guerra é em Luanda e onde Portugal possui uma equipa de assessores. A Escola de Sargentos é no Lubango, capital da província da Huíla. O Instituto Superior Técnico Militar (ISTM) é também em Luanda. (Organograma das FAA)

Para além desta estrutura de ensino existente, Angola beneficia também da formação em Portugal. De acordo com a entrevista realizada ao Coronel (Cor) António Pinheiro, a figura principal e iniciadora da formação foi o General Gonçalves Ribeiro. A utilização dos fundos deveria passar por uma fortíssima aposta na formação em Portugal. Assim sendo, este considera que o alargamento da componente da formação conduziria a que os PALOP quando retornarem ao seu país seriam um ponto de ligação com Portugal. Este ponto dever-se-ia ao facto de os oficiais angolanos que tivessem passado pela AM em Portugal, que seriam extensões fundamentais, e que passava pela formação dos futuros quadros docentes dos estabelecimentos militares de ensino em Angola. Logo a prioridade seria abrir vagas para a formação em Portugal. (Pinheiro, 2013)

Devido aos encargos financeiros que são suportados por Portugal, chegou-se à conclusão que se tornaram uma limitação, obrigando a que a partir de uma certa altura, fossem criados processos de ajuda na formação, de forma a criar no terreno angolano a edificação de infraestruturas e estabelecimentos. (idem)

A partir de certa altura, e como foram considerados desde início os projetos centrais da cooperação, a formação local foi estabelecida como prioridade. Apesar disso, o Cor

Pinheiro considera que o “*pai fundador*” deste ideal de aposta na formação, o Gen Gonçalves Ribeiro, que a maior aposta seria a formação em Portugal, devido ao contacto com “*a nossa cultura, o nosso pensamento e a nossa maneira de ser*”. (ibidem)

Esta ideia é igualmente defendida pelo General Loureiro dos Santos que refere que os seus “*efeitos estratégicos a favor dos interesses nacionais mais se prolongam no tempo, a médio como a longo prazo*”. (Santos, 2012, p. 84)

Através do quadro seguinte, que representa os alunos dos PALOP (+) em formação em Portugal durante o ano de 2011 (dados relativos a 30 de setembro de 2011), podemos ver de acordo com o General Loureiro dos Santos, a importância dada:

Quadro 1- Alunos PALOP (+) em Portugal

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Angola	10	19	7	36
Cabo Verde	3	1	0	4
Guiné-Bissau	1	1	0	2
Moçambique	8	18	6	32
S. Tomé e Príncipe	1	4	0	5
Timor Leste	8	13	0	21
TOTAL POR RAMO	31	56	13	100

Fonte: Santos, 2012

2.5.Academia Militar em Angola

A AM em Angola foi desde logo incentivada e encorajada por Portugal, mas existiram à partida variadas condicionantes que condicionaram o arranque da mesma. Os condicionamentos deveram-se à dificuldade no estabelecimento de rumos a seguir e a doutrina a adaptar, visto que a partir de 1975 a ascendência do ex-Pacto de Varsóvia tenta prevalecer no país, e o choque entre as várias doutrinas que existiam entre os vários militares das FAA, visto que a sua proveniência não era transversal, levando a sucessivos deslizes na definição dos objetivos. (Pinheiro, 2013)

Para a criação da AMA tiveram-se em consideração dois requisitos enformadores:

- Que a AMA fosse uma Instituição de Ensino Superior, assim considerada pela Lei de Bases do Ensino Superior;
 - Que tivesse condições físico-estruturais para ministrar instrução militar.
- (Neto, 2001)

A partir de 2002, que coincide com o fim da guerra civil, é definido que é necessário fazer uma descentralização das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (UEO), de forma a ocupar províncias do centro e sul, visto que se encontrava tudo centralizado em Luanda. Desta forma é decidido que a AMEx seria edificada no Huambo²⁰. (Pinheiro, 2013)

²⁰ Ver Anexo C – Mapa de Angola

Capítulo 3

Metodologia

A Metodologia para elaborar um trabalho científico implica um conjunto de procedimentos, nomeadamente, um processo inicial de obtenção de dados, de escolha do instrumento de pesquisa, a definição da amostra que se pretende estudar, a classificação e a análise dos dados recolhidos (Oliveira, 2005).

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), este processo científico compreende sete fases, que são elas: a pergunta de partida, que foi lançada aquando do projeto de investigação, a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise de informações e as conclusões.

Desta forma, e com a revisão de literatura já efetuada, é-nos agora essencial referir quais serão os aspetos que se destacam como os mais importantes para a execução deste trabalho, portanto surge agora a explicação da componente mais prática do trabalho em que serão apresentados e discutidos os resultados e em que surgirão as informações que complementadas com a revisão da literatura, permitirão resolver os problemas colocados no início da investigação.

No capítulo da introdução já foi explicada alguma da metodologia utilizada, já foram aflorados os métodos utilizados neste trabalho. Este capítulo vai ao encontro ao que foi apresentado na introdução desenvolvendo os instrumentos utilizados, bem como as razões que nos levaram à escolha destes.

3.1. Metodologia de Abordagem ao problema e justificação

No que concerne à metodologia de abordagem do problema, o presente trabalho desenvolve-se segundo o método hipotético-dedutivo que segundo Quivy & Campenhoudt (1992, p. 145) consiste na ideia de que “*A construção parte de um postulado ou conceito totalizante postulante como modelo de interpretação do fenómeno estudado*”. Assim,

“ *Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real*”. Este método explica as hipóteses utilizadas e permite deduzirmos, através da utilização da informação recolhida nos relatórios e nas entrevistas realizadas, possibilitando relacionarmos o que foi obtido através da Revisão de Literatura com a componente prática e permitindo resolver o problema científico.

3.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

Segundo Severino (citado por Oliveira, 2005), “*as técnicas são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos mediante emprego de instrumentos adequados*”. As técnicas desta investigação foram de natureza teórica mas também prática, muito devido ao tipo de objeto em estudo, em que numa fase inicial foi necessário enquadrar o estudo, e numa fase posterior torna-se então essencial saber qual a perspetiva de pessoas que estiveram relacionadas com atividades de CTM em Angola.

A primeira parte do trabalho, a revisão da literatura, privilegiou a análise documental através de livros, revistas, documentos na internet e através de relatórios de atividades da CTM realizados entre os dois países. Esta segunda parte é então dedicada à recolha e análise de dados. É, no entanto, a parte mais específica deste trabalho, na qual se faz o tratamento da informação recorrendo às entidades diretamente ligadas à cooperação bilateral que Portugal possui com a Angola. Tentamos assim chegar ao máximo número de oficiais portugueses que foram enviados para Angola para descobrir qual foi o seu papel específico, como se desenvolve a AM angolana e qual a sequência cronológica de todo este processo de cooperação.

É necessário então realizarmos a observação que significa segundo Freixo (2011, p. 195) a “*construção de um facto, quer se trate de uma verificação espontânea ou ocasional, quer se trate de uma verificação metódica e planeada*” A observação que foi utilizada nesta investigação é de natureza indireta, na medida em que nós, investigadores permanecemos fora da realidade estudada. Apesar disso é de destacar o envolvimento do orientador no projeto.

Torna-se então necessário definir o que são entrevistas, pois estas foram utilizadas na investigação e serão apresentadas no remanescente do trabalho, e também especificar que tipo de entrevistas foram utilizadas nesta investigação. Assim sendo, a entrevista é

uma técnica que o investigador utiliza para dar resposta a um determinado assunto. Segundo Silva (1999, p.128), “A entrevista é, portanto, uma forma de interseção social” e é considerada por muitos autores como sendo “a técnica por excelência na investigação social”, isto porque permite maior flexibilidade na recolha da informação. Desta forma, o trabalho de campo privilegiou a entrevista, pois consideramos que esta é a melhor técnica para responder aos problemas levantados. As entrevistas podem ser de três tipos, dividindo-se consoante o grau de liberdade ação do entrevistado; esses três tipos são: as não diretivas, as semi-diretivas e as diretivas.

Neste trabalho demos primazia às perguntas de natureza diretiva e semi-diretiva, para conseguirmos informações específicas para o enriquecimento da investigação. Desta forma conseguimos também que o entrevistado não se perca e responda ao que nós queremos realmente saber, por forma a conseguirmos uma espécie de cronologia dos acontecimentos desde o início das relações da cooperação. Este método que combina perguntas abertas e fechadas, segundo Reis (2010) permite uma abordagem bastante completa.

Para conseguirmos resolver o problema tivemos que entrevistar dentro de “universos” diferentes e para tal foram criados três guiões de entrevista diferentes, pois por um lado temos os oficiais que se deslocaram a Angola, por outro temos os que se deslocaram a Moçambique e ainda por outro lado temos a entrevista feita ao Comandante da AM de Angola.

Apesar do que foi referido antes, foi ainda feita uma entrevista sem guião estruturado ao Coronel António Pinheiro, Diretor dos Serviços da CTM, isto porque os seus conhecimentos se revelavam de elevado interesse para completar o trabalho; e optou-se por este tipo de entrevista, visto este entrevistado não se situar em nenhum dos universos atrás referidos, no entanto tem um papel fundamental na cooperação.

Analizadas as entrevistas, foi necessário fazer uma análise do conteúdo e esta, segundo Bardin (2009) engloba um conjunto de técnicas de análise de informação baseadas em processos sistemáticos e objetivos de descrição dos dados obtidos. Este processo implica uma associação da informação, ou seja, a utilização das palavras indutoras que gerem respostas.

3.3.Locais, data da pesquisa e recolha de dados

A maior parte da revisão de literatura efetuada nesta investigação concretizou-se na Biblioteca da AM, foi também utilizada a informação recolhida no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), no EME. Foram consultados livros na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Municipal de Lisboa, bem como na Biblioteca do Instituto Alemão em Lisboa. Os autores escolhidos foram selecionados de acordo com o seu reconhecimento em determinadas áreas, bem como na sua experiência na cooperação em estudo.

3.4.Amostragem: composição e justificação

Numa investigação científica existe um determinado número de elementos que se constitui como o “universo”, este universo muito dificilmente pode ser considerado na sua totalidade, desta forma, surge a necessidade de reduzir esses elementos numa amostra (Gil, 2008)

Uma amostra define-se, segundo Freixo (2011), como um conjunto de sujeitos que foram retirados de uma população, sendo que a amostragem se constitui no conjunto de operações que permitem escolher um grupo de sujeitos ou outro tipo de elemento que tenha a capacidade de representar a população estudada. Para além disso, esta assume a classificação de não probabilística pelo facto dos seus elementos selecionados não terem a mesma probabilidade de lhe pertencerem. Os critérios que permitem escolher a amostra são o conhecimento específico da problemática, o domínio da área científica e o grau académico das personalidades em questão. Segundo Fortin (1999, p.208), a amostragem não-probabilística é “um procedimento de seleção segundo o qual cada elemento da população não tem uma probabilidade igual de ser escolhido para formar a amostra.”

Analizados os critérios de definição de uma amostra, foram então alvos desta investigação: os oficiais do projeto em Angola, que foram o objeto principal deste trabalho²¹; os oficiais que se deslocaram e estiveram na CTM em Moçambique²², o Exmo. Tenente-General Queirós, que ocupa atualmente o cargo de Comandante da AM do Exército de Angola, este para obter uma visão angolana da CTM e da evolução da AM

²¹ Ver Apêndice B – Guião de Entrevista Oficiais em Angola

²² Ver Apêndice C – Guião de Entrevista Oficiais em Moçambique

angolana²³; foi ainda alvo da nossa investigação o Coronel António Pinheiro, que tem o cargo de Diretor de Serviços de CTM, devido ao seu cargo e à possibilidade de obtermos uma visão mais global e não tão momentânea como a daqueles oficiais que apenas passaram por Angola num curto período de tempo.

3.5.Descrição dos materiais e instrumentos utilizados

A seleção dos instrumentos é efetuada sempre de acordo com os fatores e variáveis operacionalizadas, sejam dependentes ou independentes, mais precisamente a pergunta central e as perguntas derivadas, os objetivos da investigação, o nível de conhecimento do autor ou a fidedignidade dos instrumentos de medida adotados e da possibilidade de as obter (Reis, 2010). Desta forma foi utilizada a análise documental e a entrevista que já foi detalhadamente explicada anteriormente.

²³ Ver Apêndice D – Guião de Entrevista Comandante da AMEx

Capítulo 4

Apresentação, Análise e Discussão de Resultados

Depois de ter sido realizado o enquadramento do presente TIA e por conseguinte a revisão de literatura, vamos agora fazer a apresentação dos resultados obtidos e respetiva análise e discussão dos mesmos de modo a melhor responder às questões derivadas e central.

Neste capítulo a apresentação, análise e discussão de resultados será feita qualitativamente, separadas por questões de forma a operacionalizar as respostas dadas pelos entrevistados de maneira a orientar as mesmas para as questões elaboradas aquando o início do trabalho.

As entidades presentes, abaixo apresentadas, foram selecionadas fruto da sua experiência profissional e a função que desempenham ou que desempenharam.

Foram então entrevistados oficiais portugueses que se deslocaram a Angola para participarem no projeto da AM angolana. Foi também entrevistado um oficial que se deslocou a Moçambique para participar no Projeto similar mas nesse território. Foi igualmente entrevistado o atual Comandante da Academia Militar do Exército (AMEx). Foi ainda realizada uma entrevista ao Diretor de Serviços da Cooperação Técnico Militar, Cor António Pinheiro.

As entrevistas realizadas aos Oficiais que trabalharam em Angola serviram para retirar as conclusões do trabalho e para responder às questões levantadas inicialmente.

A entrevista realizada ao Oficial que esteve em Moçambique serviu como base de comparação, visto que o Projeto é similar e inicialmente seguia exatamente os mesmo objetivos.

A entrevista realizada ao Comandante da AMEx serviu para saber qual a perceção da outra parte.

Na entrevista ao Cor Pinheiro foi possível obter uma ideia geral de toda a CTM e do Projeto da AMEx, de um plano diferente relativamente aos restantes oficiais, contribuindo também para as conclusões do presente trabalho.

Quadro 2 - Descrição dos entrevistados e respetiva função.

ENTIDADES ENTREVISTADAS				
NOME	João A. Nunes Silva	Francisco José Courelas de Oliveira Figueiredo	António José Pires Mendes	Carlos Manuel da Silva Caravela
IDADE (anos)	48	50	48	47
POSTO	Tenente - Coronel	Tenente - Coronel	Tenente - Coronel	Tenente - Coronel
PERÍODO EM QUE ESTEVE EM ANGOLA	31/Ago/06 - 31/Ago/07	Ago/08 - Ago/09	Jul/09 - Ago/10	18-02-2013 - (até à data)
FUNÇÃO ATUAL	Chefe da Secção de Estudos e Planeamento do GEPAQ	2º Comandante da UnApAMAS	Chefe da Repartição de Apoio Social/Direção de Serviços de Pessoal	Diretor Técnico do Projeto 7 CTM Angola
PERÍODO TEMPORAL	1	2	3	4

Os entrevistados foram divididos por período temporal, leia-se, pela época em que estiveram em Angola e por uma sequência lógica do início até ao presente.

4.1. Apresentação de resultados

Neste subcapítulo pretende-se expor quais os objetivos das questões e o que se pretende retirar delas.

Na questão nº1 pretendeu-se identificar qual a função que cada entidade desempenhou durante a sua estadia em Angola no âmbito da CTM. Deste modo pôde-se identificar o seguinte:

Quadro 3 - Apresentação dos dados da Questão nº2

Entidades	1	2	3	4
Assessoria	Sim	Sim	Sim	Sim
Diretor técnico	Projeto 3	Projeto 3	DPCM ²⁴ e DPTE ²⁵	Projeto 7

Todos os entrevistados em questão desempenharam funções de assessoria e de direção técnica de projetos.

Relativamente à questão nº2 o objetivo era identificar se existe uma participação ativa nas reuniões relativas à AM do Exército e se a sua capacidade de intervenção nas mesmas, ou se se encontrava como mero espectador, sem qualquer intervenção ou incentivo relativamente ao tema que se encontrava em discussão. Dito isto, recolheu-se as seguintes informações:

Quadro 4 - Apresentação dos dados da Questão nº2

Entidades	1	2	3	4
Participação	Ativa	Regular	Sim	Sempre que permitida
Intervenção	Consultado frequentemente	Aceitação aparente	Positiva	Parcialmente

É visível que a participação dos Oficiais portugueses é ativa, de uma maneira geral.

A questão nº3 tem como principal objetivo clarificar se as opiniões e intervenções eram tidos em conta durante a CTM. Dito isto apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 5 - Apresentação dos dados da Questão nº3

Entidades	1	2	3	4
Opinião tida em conta	Sim	Sim	Sim	Sim
Potencialização do trabalho	Sempre que possível	-	Inclusive como palestrante	Presença cubana

²⁴ Diretor Técnico do Projeto de Cooperação Militar

²⁵ Direção de Preparação de Tropas e Ensino

Na continuidade da questão anterior pode-se observar que a opinião dos entrevistados era e é tida em conta.

A questão nº4 tem como meta verificar se a participação dos Oficiais portugueses é considerada uma mais-valia para a CTM e para a continuidade dessa mesma participação.

Quadro 6 - Apresentação dos dados da Questão nº4

Entidades	1	2	3	4
Mais-valia	Sim	Sim	Sim	Sim
Área	-	Assessoria	Qualquer	Todas
Capacidade de Intervenção	Estar presente	-	Formação com intervenção direta	Presença mais eficaz e aprofundada

Relativamente à questão nº5, que aborda a temática da continuidade da presença portuguesa na CTM com Angola e as suas Forças Armadas. Uma das premissas iniciais era que com a criação da Academia Militar do Exército em Angola, poderia no futuro existir uma maior parceria entre os Exércitos dos dois países.

Extraíu-se a seguinte informação:

Quadro 7 - Apresentação dos dados da Questão nº5

Entidades	1	2	3	4
Parceria com as FAA	Já existe	Sim	Sim	Sim
Incremento da CTM	Imediatismo	-	Formação	Sim
Presença portuguesa	-	-	Melhorar formação dos Oficiais formadores	Intervenção em áreas sem assessoria

Em comparação com as outras perguntas pertencentes ao questionário, a pergunta nº6 é a única que se subdivide em duas partes, nomeadamente em ponto a e b. Esta subdivisão surgiu para falar sobre a temática das atividades desenvolvidas pela ótica dos Oficiais portugueses e pela ótica do governo e Forças Armadas Angolanas. A experiência dos oficiais portugueses é um aspeto a ter em conta, e depois de analisadas e interpretadas

as vontades dos responsáveis angolanos os oficiais portugueses dão a sua opinião de como deve ser feito. Na questão 6. b. pretendia-se saber qual era a participação do governo angolano e das FAA e a sua contribuição, visto que para eles era tudo novo e primário. Mas depois da análise podemos concluir que o papel deles não era apenas de meros espectadores que apenas seguiam as atividades que ficavam acordadas nas reuniões.

Quadro 8 - Apresentação dos dados da Questão nº6 a.

Entidades	1	2	3	4
6 a.				
Atividades desenvolvidas pelos Oficiais Portugueses	Proatividade	Fase embrionária	Propostas pelos assessores	Com aceitação angolana
Metodologia	Utilização da experiência, conhecimento e preparação	Construção do edifício legislativo e documentação suporte	Desenvolvimento normativo enquadrante, recrutamento e planos de cursos	Necessidade de operacionalização de recursos para cumprir os objetivos

Quadro 9 - Apresentação dos dados da Questão nº6 b.

Entidades	1	2	3	4
6 b.				
Participação das FAA e Governo	Noção da missão básica, primária e essencial	Boa aceitação das propostas portuguesas	Antecedentes de formação de assessoria cubana	Ativa
Contribuição	Reduzida	Influência do leste europeu	Vontade de avançar com o ESM	Necessidade de gestão, métodos e recursos

A questão nº7 é relativa à documentação utilizada para criar bases, permitindo a criação de uma estrutura organizacional e doutrinária, de forma a conceber um bom programa de estudos. Na criação de uma instituição deste tipo existe muita documentação a

ser elaborada, e com esta questão pretendia-se saber se era baseada exclusivamente na portuguesa.

Quadro 10 - Apresentação dos dados da Questão nº7

Entidades	1	2	3	4
Bases de Documentação portuguesas	Sim, com adaptação às leis angolanas	Não totalmente	Com adaptação à realidade angolana	Parte das bases, mas é visível a vontade e emancipação
Documentação utilizada	-	Portuguesa e Leste europeu	Portuguesa Russa e Cubana	Portuguesa Russa e Cubana

A última questão está direcionada para verificar, do ponto de vista dos Oficiais portugueses que estiveram e estão em Angola, se a Academia Militar do Exército tem condições para se equiparar ao nível de ensino praticado na AM em Portugal. A formação de parte dos oficiais angolanos tem passado pela sua frequência nos cursos da Academia Militar em Portugal. E tal como já foi referido anteriormente, é-lhes fornecida em igualdade de circunstâncias com os alunos nacionais, a mesma instrução e os mesmos padrões de ensino. Como a Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar que desenvolve atividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, possui altos padrões de qualidade. Com esta questão pretendia-se saber se os padrões existentes em Portugal e tendo em consideração que parte da documentação relativa aos cursos, às disciplinas e às matérias a serem ministradas são baseadas nas existentes em Portugal, se seria possível fazer algum tipo de comparação.

Quadro 11 - Apresentação dos dados da Questão nº8

Entidades	1	2	3	4
Qualidade equiparável	No início não mas exequível	Trabalho português e vontade angolana	Evolução a longo prazo	Possível
Evolução da CTM	Preocupação de melhoria contínua	-	Prolongamento da formação	Potencial para receber outros países

4.2. Análise de Resultados

Para melhor absorver os dados que foram retirados das entrevistas fez-se uma analogia cronológica desde o primeiro entrevistado a estar na CTM com Angola para o último que ainda se encontra lá.

De todos os oficiais entrevistados é observável que a média de idades é de 48 anos e o seu posto é de Tenente – Coronel. Em relação às funções desempenhadas desempenham funções de relevada importância. Para corroborar com os resultados obtidos realizou-se uma entrevista ao TGen Sousa Queirós, atual comandante da Academia Militar do Exército em Angola.

Analisando agora as questões do guião de entrevista, dividimos esta fase por etapas, sendo que cada etapa corresponde a cada questão.

Em relação à 1ª questão, todos os entrevistados desempenharam/desempenham funções de assessoria como diretores técnicos de projeto. Numa linha temporal é claro que a CTM em Angola (no universo dos entrevistados), iniciou-se pelo projeto 3, passando pelo Projeto de Cooperação Militar até ao projeto 7 que está a decorrer, com o TCor Caravela como seu diretor técnico.

Passando agora para a 2ª questão, que pretende avaliar a participação dos oficiais nas reuniões e a sua intervenção, pôde-se constatar diferenças. Estas diferenças materializam-se na frequência de participação dos entrevistados, em que, numa fase inicial da CTM a sua presença era constante nas reuniões e à medida que o tempo foi passando passaram a ser regulares. Mesmo ao nível das intervenções dos oficiais em questão, comparando a entidade 1 e a entidade 4, regista-se que o primeiro era procurado para aconselhamento com relativa frequência enquanto que o segundo refere que as suas intervenções em parte eram tidas em conta mas, por outro lado, também não eram sempre aceites. Pode ser fruto da autonomia que o governo angolano pretende ganhar ou preferência por outras linhas de outras nações presentes nas reuniões.

A questão nº3 tem como objetivo perceber, por parte dos oficiais da CTM, e se essas mesmas opiniões eram tido em conta para a potencialização do trabalho, que se verifica parcialmente nas respostas obtidas. Podemos constatar que as opiniões dadas eram tidas em conta, no entanto, a entidade 3, fruto da direção técnica desempenhada não refere esse ponto. Em relação ao período mais recente da CTM, nota-se que já há a presença de outras nações (cubana) que tem linhas diferentes daquelas que as pretendidas.

Não obstante do que foi constatado e após entrevistado o TGen Sousa Queirós, que classifica a participação dos Oficiais portugueses em Angola como excelente, a opinião das entidades referidas no questionário é escutada.

Analisando a questão nº4 chegou-se ao facto de que a presença dos oficiais portugueses na CTM com Angola é uma mais-valia que é transversal a todos os entrevistados principalmente na área de assessoria. As entidades 3 e 4, que lá estiveram recentemente, defendem que a presença dos Oficiais portugueses deve ser em todas as áreas possíveis que existem com uma maior necessidade de intervenção ao nível de formação e de uma presença eficaz em áreas sem prévia assessoria e de maneira mais aprofundada para dar consistência à presença portuguesa em território lusófono. Deve ser feito um esforço para que isso aconteça visto que até o Cmdt da AMEx de Angola também considera a presença dos oficiais portugueses, uma mais-valia.

A questão nº5 aborda a temática da continuidade da CTM com Angola e no seguimento da mesma todas as entidades referem que há de facto futuro nesta cooperação. O entrevistado 1 refere que a continuação desta parceria reside no imediatismo e na pro-atividade. Passados alguns anos, as entidades 2 e 3 identificam pontos-chave onde se pode fazer o incremento da CTM, nomeadamente na área da formação com o objetivo de melhorar a qualidade dos oficiais formadores angolanos e na intervenção em áreas sem assessoria respetivamente. A continuidade da nossa presença também é desejada pelo TGen Sousa Queirós.

Relativamente à questão nº6, como se divide em duas questões, começamos a analisar a questão 6 a. relativa à atividade desenvolvida pelos oficiais portugueses. Nesta alínea temos opiniões diversas. A entidade 1 defende que as atividades devem ter por base a pro-atividade; a entidade 2 refere que, fruto do projeto se encontrar numa fase embrionária, as atividades eram destinadas à criação de uma estrutura e de uma base de sustentação para a nova Academia; o entrevistado 3 refere que existiram propostas feitas pelos assessores e que houve a preocupação do “desenvolvimento normativo” entre outros pontos importantes; por fim a entidade 4 refere a necessidade de operacionalização de recursos para cumprir com os objetivos designados. A evolução do tipo de atividades propostas e realizadas, comparando-as com o desenrolar do tempo e do projeto, dá a ideia da construção de uma “casa”. Utilizando esta metáfora, esta “casa” iniciou-se com a utilização de militares com experiência para fazer a passagem de conhecimento, numa primeira fase, construção de documentação e doutrina aliada a estruturação legislativa passando por uma terceira fase de desenvolvimento de instrumentos na área do

recrutamento e planos de cursos culminando na importância de equacionar os recursos existentes para melhor cumprir com as metas e os objetivos pretendidos para esta nova “casa”.

No ponto b da questão nº6 pretendeu-se determinar o tipo de participação das FAA e do Governo neste processo. A participação das FAA e do Governo angolano foi aumentando à medida que o tempo foi passando, onde no início existia aquela ideia básica de defesa da nação e do território ao nível operacional. O entrevistado 2 refere que as entidades referidas anteriormente tinham uma boa aceitação das propostas portuguesas. O entrevistado 3 fala de antecedentes de formação de assessoria cubana onde há influência de outras nações em relação à criação de novas atividades. Numa fase final desta CTM o entrevistado 4 já refere uma participação ativa das entidades angolanas. A contribuição para atividades a efetuar, no exercício de funções do entrevistado 1, era reduzida mas recentemente houve uma vontade e uma iniciativa de criar com o ESM.

Passando agora para a questão nº7, relativa à documentação base utilizada, existe uma base comum nas respostas no que toca aos oficiais entrevistados. A linha geral consiste na utilização de documentação base portuguesa, adaptada às leis e realidade angolanas. A entidade 4 refere a vontade de emancipação angolana mas a base portuguesa está lá presente. É importante realçar que os oficiais que estiveram em Angola recentemente falam da utilização de outras origens como o leste europeu, nomeadamente a Rússia e também americana, com forte presença cubana. Também é importante referir que os últimos entrevistados a lá estar, nomeadamente a entidade 3 e 4, que durante a sua entrevista referenciam a presença cubana várias vezes. O Cmdt da AMEx alude que a adoção de um plano de estudos similar à Academia Militar Portuguesa tem a sua finalidade na medida em que “se ajusta à realidade do Ensino Universitário Público angolano” e ainda defende que os exércitos mais equilibrados utilizam este tipo de modelo.

A questão nº8 aborda uma temática sensível que está relacionada com a qualidade do ensino da AMEx se equiparar com a qualidade de ensino existente na AM de Portugal. Nesta questão as respostas foram homogéneas onde todos defendem que a AMEx tem o potencial e a capacidade de atingir o mesmo nível praticado em Portugal. Este objetivo não é possível a um curto prazo mas o trabalho de Portugal aliado com a vontade angolana de atingir esse objetivo possibilitará essa realidade. Ao nível da evolução da CTM a entidade 1 expõe que deve existir uma preocupação de melhoria contínua, a entidade 2 defende o prolongamento da formação e por conseguinte a continuação da CTM com Angola e por fim a entidade 4 reforça que a AMEx não só possui potencial para formar militares

nacionais como também, num futuro exequível, ter a capacidade de ser uma referência para os países africanos e de receber indivíduos no âmbito da CTM.

4.3.Comparação com Moçambique

Moçambique é um dos países que também possui uma CTM com Portugal, à semelhança de Angola, no entanto os seus resultados têm sido diferentes. Após analisadas as respostas dos Questionários realizados aos Oficiais que estiveram presentes em Angola, fez-se um questionário ao TCor Santos que esteve na CTM com Moçambique.

Quadro 12 - Dados do TCor Santos na CTM com Moçambique

ENTIDADE ENTREVISTADA	
NOME	Luís Manuel Ricardo dos Santos
IDADE (anos)	46
POSTO	TCor
PERÍODO EM QUE ESTEVE EM MOÇAMBIQUE	Jul/10 - Jul/11
FUNÇÃO	Chefe da Repartição de Administração Escolar/ Direção de Ensino

Em relação à estrutura do questionário utilizada, é importante referir que a única variável que altera é de Angola por Moçambique, ou seja, a composição das perguntas é idêntica.

Quadro 13 - Apresentação dos dados da Questão nº1 (Moçambique)

Entidades	TCor Santos
Assessoria	Sim
Diretor técnico	Projeto 3

Passando agora à análise da questão nº1 podemos constatar que à semelhança dos entrevistados anteriores o TCor Santos também desempenhou a função de Diretor Técnico e desempenhou funções de assessoria. É de realçar que no caso moçambicano a Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM) engloba a formação de Oficiais de todos os ramos e não só do Exército como o caso angolano.

Quadro 14 - Apresentação dos dados da Questão nº2 (Moçambique)

Entidades	TCor Santos
Participação	Sempre que solicitado
Intervenção	Positiva

Relativamente à participação do entrevistado, este, sempre que solicitado participava nas reuniões e a sua intervenção foi vista como positiva.

Quadro 15 - Apresentação dos dados da Questão nº3 (Moçambique)

Entidades	TCor Santos
Opinião tida em conta	Sim
Potencialização do trabalho	Experiência profissional

À semelhança dos outros entrevistados a sua opinião era tida em conta e a sua experiência profissional também.

Quadro 16 - Apresentação dos dados da Questão nº4 (Moçambique)

Entidades	TCor Santos
Mais-valia	Sim
Área	Todas
Capacidade de Intervenção	Oficiais em todos os ramos

A partir da questão nº4 começam a surgir diferenças em relação às respostas começando pela capacidade de intervenção. Enquanto que em Angola os Oficiais portugueses tinham que lidar com membros do Exército, em Moçambique era necessário lidar com elementos de outros ramos, e visto que tem vindo a ser produtivo, considera-se que este projeto de cooperação foi um projeto com sucesso.

Quadro 17 - Apresentação dos dados da Questão nº5 (Moçambique)

Entidades	TCor Santos
Parceria com as FADM	Grande potencial
Incremento da CTM	Cooperação, reestruturação de unidades e venda de equipamentos

Em Moçambique, segundo a entidade entrevistada, existe um grande potencial no que toca à CTM, orientada para a coordenação, reestruturação e aquisição de equipamento. Se fizermos uma comparação com o que se passa em Angola, pode-se deduzir que a CTM com Moçambique está mais desenvolvida porque no caso angolano o objetivo é a consolidação do ensino e melhoria dos oficiais formadores em contraposição com a já consolidada formação dos oficiais moçambicanos.

Quadro 18 - Apresentação dos dados da Questão nº6 a.

Entidades	TCor Santos
6 a.	
Atividades desenvolvidas pelos Oficiais Portugueses	Correlação com Moçambique
Metodologia	Programa-quadro

A grande diferença que se pode identificar entre as duas Academias, no que toca ao plano de atividades, são os PQ existentes em Moçambique onde são estabelecidos objetivos a cumprir num determinado espaço temporal. No caso angolano existiu o projeto 3, mas fruto de opções feitas pelo governo angolano o projeto resumiu-se à criação de uma Academia Militar restrita à componente Exército.

Quadro 19 - Apresentação dos dados da Questão nº6 b.

Entidades	TCor Santos
6 b.	
Participação das FADM e Governo	Recetivo à cooperação e à ajuda externa portuguesa

Numa base comparativa entre os dois países africanos já referidos, esta alínea da questão nº6 pretendeu analisar a intervenção e participação do governo de ambos os países nas atividades das respetivas academias. Em Moçambique o governo é recetivo à ajuda portuguesa e o entrevistado TCor Santos não refere influências de outras nações. Em Angola, o entrevistado 2 e o entrevistado 3 mencionam nas suas entrevistas, nesta alínea em particular, de assessorias e influências diferentes da portuguesa.

Quadro 20 - Apresentação dos dados da Questão nº7

Entidades	TCor Santos
Bases de Documentação portuguesas	Referencial dos cursos em Portugal
Documentação utilizada	Diferenças ao nível orgânico

Vários dos entrevistados da CTM com Angola referem da adaptação da documentação portuguesa como base mas com a tentativa de se aproximar da realidade angolana e que há a tentativa de emancipação angolana em relação à documentação utilizada. No caso moçambicano, a doutrina base é a portuguesa e a única adaptação que é referida pelo entrevistado é que a sua aplicação difere de um só ramo (Exército) para uma Academia conjunta.

Quadro 21 - Apresentação dos dados da Questão nº8

Entidades	TCor Santos
Qualidade equiparável	Ainda não está atingido
Evolução da CTM	Seguirão o seu rumo conforme a evolução do país

Em relação ao nivelamento dos países da CTM pode-se dizer que o nível português de ensino superior militar não foi atingido nos dois estabelecimentos em questão, sendo que a longo prazo se possa tornar exequível. Os entrevistados que estiveram em Angola referem a evolução da CTM como uma continuidade mas que necessita ainda de acompanhamento por parte de Portugal. Moçambique já se revela mais autónomo e mais independente, podendo num momento futuro igualar ou até se diferenciar pela positiva da Academia Militar em Portugal.

Depois de expostas as respostas ao questionário tanto da parte angolana como da parte moçambicana, podem-se extrair várias deduções. Em primeiro lugar constata-se que a evolução do projeto da criação da Academia Militar dos Ramos em Angola não foi positiva havendo a necessidade de reestruturar o projeto do PQ e a respetiva alteração do projeto 3 para o projeto 7 o que veio contribuir para um retardamento da aplicação do mesmo. Também se constatou que a presença de outros países em Angola veio alterar aqueles que eram os planos de construção de um estabelecimento de ensino superior militar, orientados segundo um ponto de vista português. Durante as entrevistas dos oficiais que estiveram em Angola, observou-se que existem lacunas na formação de oficiais angolanos e de áreas que não possuem assessoria.

O caso moçambicano, de acordo com o testemunho do TCor Santos, é um projeto que foi considerado um sucesso onde o Projeto 3 está implementado e que está a ser consolidado. A grande diferença entre o caso moçambicano e o caso angolano no âmbito da CTM é que a AMMSM engloba todos os ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique o que comprova que o projeto foi bem executado. A intervenção do governo moçambicano e das suas Forças Armadas foi direcionada para o apoio português, leia-se, foram sempre recetíveis aos *inputs* dados por Portugal e a sua doutrina foi baseada também na doutrina portuguesa. Contrapondo esta situação com Angola, o segundo sofreu influências de outros países o que fez com que os resultados obtidos na AMMSM não fossem iguais ou similares aos da AMEx.

4.4. Entrevista ao Diretor de Serviços da Cooperação Técnico Militar

A entrevista realizada ao Cor António Pinheiro não seguiu um guião de entrevista estruturado, e pretendida saber qual a sua perceção de acordo com as informações com as quais lida diariamente relativas à CTM, e mais propriamente ao caso da AMEx.

Foi possível apurar através desta entrevista que a criação de uma AM em Angola era considerado um ponto prioritário para os interesses portugueses e angolanos. Mas para que para se entender o porquê da sua génese tardia, era preciso perceber o aparecimento da CTM.

Um dos pontos referidos foi o facto da guerra que se alastrou durante longos anos no território angolano, impedindo que a CTM se desenrolasse de forma normal.

A CTM no início da década de 80 era uma maneira de Portugal se reaproximar das suas ex-colónias, e assim criar um meio estratégico de aproximar a comunidade lusófona. a CTM portuguesa foi buscar ao modelo que a França já tinha adotado nos anos 50/60, que consistia em enviar para o terreno equipas técnicas que manteriam a ligação ao seu ex-colonizador. Durante vários anos a CTM desenvolveu-se nestes moldes mais militares, mas a partir do ano 2000 começa a alargar os seus horizontes e, começa a gerar produtos, iniciativas e a criar parceiros, distanciando-se assim do modelo inicial.

A aposta a partir desta altura começa a debruçar-se na segurança e no desenvolvimento, adotando assim uma nova definição.

Dentro desta nova aposta surge então o conceito da AM que, de acordo com o Cor Pinheiro, tem como principal impulsionador o General Gonçalves Ribeiro.

O General Gonçalves Ribeiro já defendia anteriormente, que grande parte da utilização dos fundos da CTM deveria passar por uma forte aposta na formação em Portugal de alunos oriundos dos PALOP. Com a colaboração dos Ramos seria possível colocar nos vários estabelecimentos de ensino militar estes alunos sem qualquer encargo para os mesmos. Defendia ainda o facto que estes alunos, por passarem pelo mesmo que os alunos nacionais, os mesmos obstáculos e as mesmas dificuldades, no futuro seriam um ponto de ligação nos seus países de origem. Define então como prioritário a existência de vagas nos estabelecimentos de ensino militar portugueses.

No entanto existia a noção que Portugal não conseguiria satisfazer a quantidade de pedidos que surgiam dos PALOP, surgindo então processos de ajuda que ajudassem a criar e edificar infraestruturas e estabelecimentos de ensino nesses países. Surgem nos PQ alusões para a criação da AM e de outros estabelecimentos de ensino militar. Seriam extensões fundamentais, visto que a formação dos futuros quadros e comandantes desses países era um dos objetivos principais de Portugal.

Com isto era então possível alargar a componente da formação de forma a criar as bases e os quadros docentes dos futuros estabelecimentos de ensino militar.

Estes projetos são então estabelecidos como prioritários, e nesta altura a criação da AM em Angola é desde logo encorajada por Portugal, no entanto existiram sempre dificuldades ao contrário de Moçambique. Existia a dificuldade na definição de rumos e doutrinas a seguir, visto que, Angola possuía militares oriundos de várias linhas de pensamento derivadas do facto de que após a independência em 1975, e devido à guerra que se instaurou, cria ligações com várias doutrinas e vários exércitos. Desta forma existia a ascendência da antiga União Soviética e o Pacto de Varsóvia, outras doutrinas da Europa de Leste, e também devido ao facto de alguns dos militares angolanos terem integrado as nossas fileiras, também da Doutrina do *North Atlantic Treaty Organization* (NATO). Estes condicionamentos levaram a sucessivos deslizes.

De acordo com o Cor Pinheiro justifica os desânimos e reveses passados pelos oficiais portugueses em Angola, porque existe a estratégia de Portugal se posicionar num bom patamar em termos de relações com Angola, quando a AM nascer, e ganhando assim também a sua confiança. Passa ainda pela aposta em colocar no terreno uma assessoria forte, que será garantida pelo esforço dos oficiais. Neste sentido, considera que até agora valeu a pena a aposta neste Projeto e que no futuro ainda será mais proveitoso. A criação da AMEx é considerado assim um Projeto chave.

O Cor Pinheiro cita ainda o facto de que a visão do Gen Gonçalves Ribeiro passa por criar capacidades homólogas em todos os PALOP, potenciando assim a “*força lusófona*” de forma a garantir a Paz e Segurança nos países africanos.

A criação da AMEx vai ser assim considerado um polo da lusofonia, potenciando assim possibilidades de negócio, assim como a divulgação da língua portuguesa para além dos PALOP. O futuro passa pela AMEx dar também formação a outros alunos não angolanos, mas de países de África com quem tem ligações.

Desta forma é importante Portugal manter a sua presença, para poder vir a tirar partido deste apoio.

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

Generalidades

As FAA carecem na sua estrutura de ensino, de um estabelecimento militar de ensino superior cuja finalidade essencial seja a de formar oficiais destinados aos quadros permanentes dos Ramos das FAA. Desta forma, as FAA poderão garantir unidade de pensamento, de doutrina e de procedimentos, que muito facilitarão o cumprimento da sua missão, enquanto garante da independência da nação e importante contribuinte para o desenvolvimento do país, concorrendo também para a sua afirmação como fator de coesão nacional.

A estrutura de ensino que as FAA dispõe atualmente, para a formação dos seus quadros, de uma escola de oficiais oriundos do recrutamento geral e obrigatório, de uma escola de sargentos e de um instituto superior para a qualificação e especialização de oficiais.

Verifica-se assim, a lacuna de uma AM, pedra angular do sistema, destinada à formação dos oficiais do quadro permanente, sem a qual dificilmente serão satisfeitos os pressupostos acima referidos.

Desta forma a criação com o auxílio do Exército Português de uma AM em Angola, dos oficiais e para os futuros oficiais, vem desta forma colmatar essa lacuna.

No entanto a criação de uma AM que se encontre de acordo com os parâmetros académicos e, que se equipare ao Ensino Universitário é um processo complexo que requer uma série de parâmetros que devem ser cumpridos. Visto que, a AM em Portugal é um estabelecimento de Ensino Superior que obedece a essas características não deixando de ser no entanto uma escola onde se formam os futuros oficiais do Exército, o envio de oficiais portugueses para Angola, vem potenciar as FAA com um auxílio fundamental.

5.1. Verificação das Hipóteses de Investigação

Iremos agora proceder à verificação das hipóteses formuladas inicialmente.

H1: Auxiliam na aplicação de um plano de estudos e formação militar similar à do Exército Português e da Academia Militar tendo em consideração os meios do Exército de Angola.

H2: No futuro e em caso de conflitos aproveitar esta mesma parceria para treinos e preparação e projeção de forças no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou de iniciativa Bilateral Portugal/ Angola.

H3: Utilização de um plano estudos similar ao da Academia Militar Portuguesa para uma mais fácil interação com os Oficiais Angolanos.

Relativamente à primeira hipótese, ficamos a saber que o plano de estudos e formação militar é em tudo idêntico ao da Academia Militar em Portugal. Isto deve-se ao facto da confiança depositada em Portugal pelos mais de 175 anos de formação dada em Portugal, e que Angola vê como um exemplo a seguir. A participação dos oficiais portugueses é ativa, e nas áreas em que Portugal presta assessoria é consultado frequentemente e a sua opinião tida em boa conta. Não podem ser esquecidas as diferenças que existem entre os meios possuídos pelas FAA e os meios do Exército Português. Tendo ainda em consideração a intervenção da assessoria cubana, que como pudemos ver no capítulo anterior, tem ganho um destaque importante em várias áreas e vai assim de certa forma, fazendo com que algumas das suas ideias sejam implementadas em detrimento das portuguesas. Isto encontra-se também ligado ao facto de que o constrangimento da definição de doutrinas ainda não foi totalmente ultrapassado, mas a criação de uma Academia na sua estrutura viria a uniformizar os procedimentos e formação no seu seio. Sendo assim o papel dos oficiais portugueses é incentivar o Exército Angolano a criar uma doutrina própria.

A segunda hipótese é confirmada e podemos utilizar o exemplo do Exercício ORION e do Exercício FELINO, em que Portugal participou conjuntamente com Angola. O facto de se criarem ligações com o Exército Angolano vai potenciar no futuro, e não só através da realização destes exercícios, uma cooperação mais acesa e mais célere, não só devido à partilha da língua mas também da consciência que ganham que Portugal se encontra lá para os auxiliar.

Por último a terceira hipótese é a que mais se afasta da realidade. Apesar da presença e da tentativa dos oficiais portugueses, não se pode colocar de lado a presença da assessoria cubana que também se encontra lá e também tenta dar as suas ideias para o funcionamento da academia. No entanto o objetivo principal é a criação de uma doutrina própria e não a implementação de uma doutrina já existente noutro país.

5.2. Resposta às Questões Derivadas

Neste ponto iremos responder às questões derivadas que servem de base para responder à questão central.

QD1: Qual a intervenção dos Oficiais do Exército Português na criação da Academia Militar de Angola?

QD2: Quais as consequências em termos de parcerias para o futuro?

QD3: Que tipo de comparação pode ser feita com o plano de estudos da Academia Militar Portuguesa?

Respondendo à primeira questão, podemos referir que definem os objetivos que devem ser atingidos de forma a dotar a AMEx em Angola das valências necessárias ao seu correto funcionamento. Elaboram a documentação necessária e definem entre outros objetivos técnicos a serem atingidos. Têm em consideração as leis angolanas, os meios das FAA e as doutrinas já existentes, visto que ainda existe uma forte presença da doutrina russa e cubana. No entanto é notável uma vontade de emancipação da parte angolana.

Em relação à segunda questão, as consequências serão positivas, visto que para além da redução de custos nomeadamente na formação dos alunos/militares em Portugal, a formação dos futuros oficiais no Exército Angolano traz mais-valias a nível da independência da nação e é um importante contribuinte para o desenvolvimento do país, concorrendo também para a sua afirmação como fator de coesão nacional. Há ainda a referir o termo “*força lusófona*” citada pelo Cor Pinheiro, que para além de criar capacidades homólogas em todos os PALOP, ainda se afirma como um pólo de afirmação da lusofonia, o facto de dinamizar possibilidades de negócio, a divulgação da língua portuguesa para além PALOP e de assim manter a presença portuguesa.

A terceira e última questão pode ser facilmente respondida visto que o plano de estudos da AM Portuguesa serve de base para a criação do plano de estudos da Academia Militar do Exército em Angola. No entanto a presença de outras doutrinas condiciona a aplicação de um plano ainda mais similar ao português. Também o facto da vontade angolana de emancipação, de forma a criarem a sua própria doutrina, faz com que aceitem os contributos dados pelos oficiais portugueses, mas os tentem adaptar à sua realidade.

5.3. Resposta à Questão Central

Respondendo então à questão central do presente trabalho, *“De que forma o envio de Oficiais do Exército Português auxilia na criação de raiz de uma Academia Militar de Angola pronta a formar Oficiais dos quadros do Exército de Angola?”*

Esta questão procura obter resposta sobre qual o papel dos oficiais portugueses enviados para Angola no auxílio da criação da AMEx.

Poderemos responder à questão central apoiando a resposta nas conclusões obtidas nas questões derivadas e na confirmação das hipóteses.

A criação de uma AM em Angola tornou-se ao longo dos anos o Projeto chave da CTM com este país, por todas as oportunidades que criará no futuro não só para Angola, como para os restantes PALOP e para a região da África Austral. O facto de Angola depositar em Portugal uma total confiança, e a presença portuguesa no seu território ser considerada bastante oportuna e eficaz, faz-nos chegar à conclusão que o papel dos oficiais portugueses é relevante e importante.

Apesar dos vários condicionalismos ao longo dos anos, a presença portuguesa nunca se desvaneceu nem perdeu a sua relevância. O facto de Angola depositar em Portugal a confiança em apoiar e auxiliar a criação de um estabelecimento de ensino superior militar, que irá no futuro formar os seus quadros revela um voto de certeza e segurança na capacidade portuguesa para tal.

Assim sendo a presença dos oficiais portugueses nas variadas reuniões que se realizam e a sua possibilidade de intervenção nas decisões a serem tomadas revela a sua importância.

5.4. Recomendações

Proponho seguindo a ideia deste trabalho a realização de um outro que visaria a possibilidade da criação de uma AM nos restantes PALOP e quais as suas implicações para o futuro tal como acontece com Angola.

Este trabalho iria dar validade ao conceito de “*força lusófona*” referido pelo Gen Gonçalves Ribeiro, e poderia ser estudado também as interligações entre os PALOP e parcerias para o futuro.

Bibliografia

Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. d. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

Angola. In "Infopédia" (Em linha). Porto: Porto Editora, 2003-2013. (Consult. 2013-07-12).

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Cardoso, Fernando Jorge (1999). *Desafios e prioridades políticas portuguesas em África. Estratégia*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1992). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Atividades – 1991**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1993). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Atividades – 1992**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1994). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Atividades – 1993**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1995). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial**

Portuguesa – Relatório das Atividades – 1994. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1996).
Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Atividades – 1995. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1997).
Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Atividades – 1996. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1998).
Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Atividades – 1997. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1999).
Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Atividades – 1998. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (2000).
Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Atividades – 1999. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

- Fernandes, António Horta (2004) – *Do 25 de Abril aos dias de hoje: A estratégia como matéria socialmente consagrada*. Nova História Militar de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação da conceção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3ª Ed). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gil, António Carlos (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas
- IESM. (2007). *Metodologia da Investigação Científica*. Lisboa: IESM.
- Junqueira, João Paulo Ribeiro, & Pires, Rui Manuel Soares (2009). *O Exército nos trilhos da Cooperação*. Lisboa: Tipografia Lousanense.
- Ministério da Defesa Nacional (2010). *Ordem do Exército n.º 4/30 de abril de 2010. PDE 0-18-00 ABREVIATURAS MILITARES*
- Neto, Armando da Cruz (2001). *Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas*
- Oliveira, M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses*. (3ª Ed). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pinheiro, António Manuel Pereira Rodrigues (2013). *Entrevista ao Diretor de Serviços da Cooperação Técnico Militar*

Pires, Rui Manuel Soares (2006). *O Exército e a Cooperação Militar Bilateral e Multilateral. Contribuição para a Política externa do Estado Português.*

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva.

Reis, F. (2010). *Como elaborar uma dissertação de Mestrado segundo Bolonha.* Lisboa: Pactor.

Ribeiro, Gonçalves (2006). *O Reencontro. Da Ponte Aérea à Cooperação.* Mem Martins: Editorial Inquérito

Santos, J. Loureiro dos (2012). *Forças Armadas em Portugal.* Lisboa: Relógio D'Água Editores

Santos, José Rodrigues dos (2010). *Metodologia das Ciências Sociais.* Évora: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

Sarmiento, Manuela (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada (2ª ed.).* Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios (2.ª ed.).* Lisboa: Pactor.

Portais da “Internet” consultados

Acordos de Bicesse (2013). http://www.padoca.org/pag/Docs/acordos_bicesse.pdf

Embaixada de Angola (2013). <http://www.embaixadadeangola.org/acordos.htm>

Página oficial do Estado-Maior-General das Forças Armadas portuguesas.(2013)
<http://www.emgfa.pt/Pages/Home.asp>

Página oficial do Exército Português (2013). <http://www.exercito.pt/>

Apêndices

Apêndice A – Sinopse de Angola

País do sul de África, oficialmente designado por República de Angola (RA). Situado na costa ocidental, na transição entre a África Central e a África Austral, possui uma área de 1 246 700 km². Faz fronteira com a República Democrática do Congo a norte e a leste, a Zâmbia a leste, e a Namíbia a sul; a oeste o país é banhado pelo oceano Atlântico. O enclave de Cabinda faz fronteira com a República do Congo a norte e com a República Democrática do Congo a leste e a sul, sendo banhado pelo oceano Atlântico a oeste.

A morfologia do solo caracteriza-se pela existência de planícies costeiras, às quais se seguem as montanhas intermédias e os planaltos interiores.

As principais bacias hidrográficas são as dos rios Zaire, Mbridge, Kwanza (a maior), Queve, Cunene e Kuando. O principal lago existente em território angolano é o lago Dilolo, seguido das lagoas do Panguila e da Muxima. O maior e mais navegável rio de Angola é o Kwanza com cerca de 1000 km de extensão.

Com uma população que, segundo estimativas de 2012, atinge os 20,820,525 habitantes (Banco Mundial, 2012), e de acordo com os censos realizados em 2006, a capital, Luanda, é a maior cidade, com 4 511 000 habitantes, seguida do Huambo (979 000 habitantes), de Lobito (805 000 habitantes) e de Benguela (513 000 habitantes) (Banco Mundial, 2012).

A unidade monetária é o “Kwanza”.

Os navegadores portugueses chegaram a Angola em 1483 e depressa iniciaram a colonização do território. Nesta altura existiam diversos reinos sendo os mais notáveis o do Congo e o do Ndongo. Foram criados vários entrepostos comerciais, tendo o de Luanda sido estabelecido em 1575.

A pacificação do território foi uma tarefa demorada e complexa. Até 1930, a resistência armada no interior do país continuou a lutar contra o regime colonial e, na década de cinquenta, os movimentos nacionalistas tiveram o seu início. Nos anos 60 e 70, os movimentos de libertação (União das Populações de Angola (UPA) / Frente Nacional de

Libertação de Angola ²⁶(FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola²⁷ (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola²⁸ (UNITA)) lutaram contra a presença de Portugal e, como resultado do 25 de Abril de 1974, a independência foi alcançada a 11 de Novembro de 1975. Após a descolonização, o país precipitou-se numa guerra civil avassaladora (1975-1991).

Em 1991, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) assinaram a paz sob o patrocínio de Portugal, dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Eleições livres multipartidárias realizaram-se no ano seguinte, sob o olhar atento da comunidade internacional. Após a vitória do MPLA, dirigido por José Eduardo dos Santos, a UNITA recusou-se a aceitar o resultado das eleições, alegando fraude. A luta armada reiniciou-se com hostilidades, sobretudo na capital. O progressivo desanuiamento da situação (com nítida desconfiança, porém, entre as partes) veio permitir, a prazo, a pacificação do país. Depois de complexas e arrastadas negociações que envolviam, entre outros temas, a definição do estatuto de Jonas Savimbi, líder da UNITA, deu-se, em Abril de 1997, a tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, integrando representantes dos dois maiores partidos.

A morte de Jonas Savimbi em 2002 e o consequente cessar-fogo com a UNITA têm levado à estabilidade no país. Com a morte do seu líder histórico, a UNITA iniciou negociações com o Governo de Angola com vista à deposição das armas, deixando de ser um movimento armado, e assumindo-se como mera força política. (Infopédia, 2013).

²⁶ A FNLA é um movimento político fundado em 1954, com o nome de União das Populações do Norte de Angola (UPNA), assumindo em 1958 o nome de União das Populações de Angola (UPA). Em 1961, a UPA e um outro grupo anticolonial, o Partido Democrático de Angola (PDA), constituíram conjuntamente a FNLA. O FNLA foi um dos movimentos nacionalistas angolanos durante a guerra anticolonial de 1961 a 1974, juntamente com o MPLA e a UNITA. No processo de descolonização de Angola, em 1974/1975, bem como na Guerra Civil Angolana de 1975 a 2002, combateu o MPLA ao lado da UNITA. Desde 1991 é um partido político cuja importância tem vindo a diminuir drasticamente, em função dos seus fracos resultados nas eleições legislativas de 1992, 2008 e 2012.

²⁷ O MPLA é um partido político de Angola, que governa o país desde sua independência de Portugal em 1975. Foi, inicialmente, um movimento de luta pela independência de Angola, transformando-se num partido político após a Guerra de Independência de 1961-74. Conquistou o poder em 1974/75, durante o processo de descolonização e saiu vencedor da Guerra Civil Angolana de 1975-2002, contra dois movimentos/partidos rivais, a UNITA e a FNLA.

²⁸ A UNITA é um partido angolano, fundado em 1966, por dissidentes da FNLA e do Governo de Resistência de Angola no Exílio, de que Jonas Savimbi, fundador da UNITA, era ministro das relações exteriores.

Apêndice B – Guião de Entrevista Oficiais em Angola

Guião de Entrevista



**ACADEMIA MILITAR
DIREÇÃO DE ENSINO**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA
GUIÃO DA ENTREVISTA**

TEMA:

***A CTM no apoio à organização e funcionamento da Academia
Militar em Angola
O Papel dos Oficiais Portugueses***

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Nuno Filipe Lopes Ribeiro

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Rui Nicau

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome	
Idade	
Posto	
Função atual	
Período em que se encontrou em Angola	
Formação Académica	

QUESTÕES:

1. Qual foi a sua principal função enquanto esteve em Angola?
2. Participava ativamente nas reuniões que ocorriam relativas à Academia Militar de Angola?
3. As suas opiniões e intervenções eram tidas em conta?
4. Os oficiais portugueses são considerados uma mais-valia nesta cooperação?
5. Vê no futuro uma oportunidade de parceria com as Forças Armadas Angolanas?
6. Em relação às principais atividades a desenvolver que eram estabelecidas:
 - a. Grande parte delas era estabelecida pelos oficiais portugueses, visto que nós tínhamos a experiência?
 - b. Qual o papel do governo angolano e das FAA não sabendo eles quais as atividades que deviam ser realizadas, visto que para eles era tudo de raiz?
7. A documentação elaborada é baseada na existente em Portugal (Regulamento, Planos de Curso, Planos de Estudo, Quadro Orgânico)?
8. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Angola aos futuros oficiais angolanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?

Apêndice C – Guião de Entrevista Oficiais em Moçambique

Guião de Entrevista



**ACADEMIA MILITAR
DIREÇÃO DE ENSINO**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA
GUIÃO DA ENTREVISTA**

TEMA:

***A CTM no apoio à organização e funcionamento da Academia
Militar em Angola
O Papel dos Oficiais Portugueses***

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Nuno Filipe Lopes Ribeiro

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Rui Nicau

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome	
Idade	
Posto	
Função atual	
Período em que se encontrou em Moçambique	
Formação Académica	

QUESTÕES:

1. Qual foi a sua principal função enquanto esteve em Moçambique?
2. Participava ativamente nas reuniões que ocorriam relativas à Academia Militar de Moçambique?
3. As suas opiniões e intervenções eram tidas em conta?
4. Os oficiais portugueses são considerados uma mais-valia nesta cooperação?
5. Vê no futuro uma oportunidade de parceria com as Forças Armadas de Moçambique?
6. Em relação às principais atividades a desenvolver que eram estabelecidas:
 - a. Grande parte delas era estabelecida pelos oficiais portugueses, visto que nós tínhamos a experiência?
 - b. Qual o papel do governo Moçambicano e das FADM não sabendo eles quais as atividades que deviam ser realizadas, visto que para eles era tudo de raiz?
7. A documentação elaborada é baseada na existente em Portugal (Regulamento, Planos de Curso, Planos de Estudo, Quadro Orgânico)?

8. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Moçambique aos futuros oficiais Moçambicanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?

Apêndice D – Guião de Entrevista Comandante AMEx

Guião de Entrevista



**ACADEMIA MILITAR
DIREÇÃO DE ENSINO**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA
GUIÃO DA ENTREVISTA**

TEMA:

***A CTM no apoio à organização e funcionamento da Academia
Militar em Angola
O Papel dos Oficiais Portugueses***

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Nuno Filipe Lopes Ribeiro

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Rui Nicau

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome	
Idade	
Posto	
Função atual	
Período em que se encontra nessa função	
Formação Académica	

QUESTÕES:

1. Como considera a relação profissional e interpessoais que mantém com os Oficiais Portugueses que se encontram em Angola como Diretores do Projeto da Academia Militar?
2. Considera uma mais-valia o apoio prestado pelos oficiais portugueses no que respeita à conceção da futura Academia Militar do exército Angolano?
3. Considera que este apoio se deverá manter?
4. Em que áreas considera que os Oficiais Portugueses foram mais válidos e mais intervenientes?
5. Qual a razão de ter sido adotado um plano de estudos similar ao da Academia Militar Portuguesa para a futura Academia Militar do Exército?
6. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Angola aos futuros oficiais angolanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?

Apêndice E – Transcrição das Entrevistas**ENTREVISTA****IDENTIFICAÇÃO:**

Nome	JOÃO A. NUNES SILVA
Idade	48
Posto	TENENTE CORONEL
Função atual	CHEFE DA SECÇÃO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DO GEPAQ
Período em que se encontrou em Angola	31AGO2006 A 31AGO2007
Formação Académica	LICENCIADO EM CIÊNCIAS MILITARES NA ESPECIALIDADE DE INFANTARIA E MESTRE EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E ANÁLISE ORGANIZACIONAL

QUESTÕES:**1. Qual foi a sua principal função enquanto esteve em Angola?**

Diretor técnico do projeto nº 3, designado por apoio à implementação e ao funcionamento da Academia Militar de Angola.

2. Participava ativamente nas reuniões que ocorriam relativas à Academia Militar de Angola?

Sim. O General Comandante, General Melo Xavier, bem como todos os oficiais da estrutura orgânica principal, bem assim como todos os Tenentes-Coronéis e Majores, consultavam-me sobre os mais diversos assuntos e procuravam aconselhamento diverso

3. As suas opiniões e intervenções eram tidas em conta?

Bastante. Não obstante a decisão ser a da estrita e inteira responsabilidade dos Angolanos e cientes de que somos efetiva e unicamente CONSELHEIROS, procuravam ir ao encontro e conseguir implementar o que eu lhes dizia ser

conveniente fazer, de modo a conseguirem alcançar o que desejavam conseguir concretizar.

4. Os oficiais portugueses são considerados uma mais-valia nesta cooperação?

Imenso. Existe consideração, desejo de que estejamos presentes e desejo de aprenderem a fazer bem.

5. Vê no futuro uma oportunidade de parceria com as Forças Armadas Angolanas?

A parceria já existe e está bem patente nos mais diversos eventos; atente-se nos exercícios da série FELINO, atente-se nos projetos de CTM com ANGOLA em que o exército assegura assessoria e aconselhamento, designadamente os projetos mais importantes e que exigem mais resultados em termos imediatos. A este propósito verifique-se o que se passa relativamente ao projeto das operações de paz, em que ANGOLA é a “parte de leão” (parte mais significativa) nas organizações políticas e de segurança comum em ÁFRICA, nomeadamente a OUA e SADC. Este projeto é importante pelo imediatismo inerente ao mesmo porque disponibilizar forças é hoje um trunfo importante para as relações externas de qualquer país.

6. Em relação às principais atividades a desenvolver que eram estabelecidas:

a. Grande parte delas era estabelecida pelos oficiais portugueses, visto que nós tínhamos a experiência?

Há que ser proactivo e, assim tem de ser efetivamente. O nosso papel primordial é o de lhes antecipar soluções para a resolução de problemas que, em determinado momento eles ainda nem sonham que se lhes vão deparar. É aí que a nossa experiência, conhecimento e preparação sobressai na medida em que os alertamos que determinada situação/circunstância se

lhes vai deparar e, nesse sentido propõem-se medidas corretivas que eles acatam e muito agradece, reconhecidos.

b. Qual o papel do governo angolano e das FAA não sabendo eles quais as atividades que deviam ser realizadas, visto que para eles era tudo de raiz?

Eles conhecem das FFAA a sua missão mais básica, mais primária, mais essencial e última para a qual quaisquer FFAA têm efetivamente de estar preparadas e capazes: o combate armado e a luta pela sobrevivência e pela independência.

Eles saíram de mais de 30 anos de guerra; acha que não estarão preparados para isso? Talvez não saibam nesse tipo de operações é rentabilizar meios materiais e forças mas, isso aprende-se também com a tentativa-erro e com o tempo, qual cão de Pavlov.

7. A documentação elaborada é baseada na existente em Portugal (Regulamento, Planos de Curso, Planos de Estudo, Quadro Orgânico)?

Sim mas com a adequação à lei geral do país, no caso ANGOLA.

e.g. faz pouco sentido reproduzir em ANGOLA o ERASMUS, programa exclusivo entre os países da EUROPA.

8. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Angola aos futuros oficiais angolanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?

No início talvez não mas, com o tempo e com a preocupação de execução de melhoria contínua haverão de conseguir atingir padrões de elevada qualidade, eficácia e proficiência, do mesmo modo que as escolas civis o conseguiram. Em ANGOLA existe a universidade católica e a universidade Lusíada, de entre outras angolas. A formação é diversificada e muito simples de conseguir especialmente para quem como os angolanos tem dinheiro para estar presente na generalidade dos programas doutorais e cursos de

mestrado em praticamente todas as instituições de ensino superior de referência em Portugal (UNova, ULusiada, ULusofona, UClásica, IST, etc)

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome	FRANCISCO JOSÉ COURELAS DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Idade	50
Posto	TENENTE-CORONEL
Função atual	2º COMANDANTE DA UNAPAMAS
Período em que se encontrou em Angola	AGO08 A AGO09
Formação Académica	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS MILITARES

QUESTÕES:

1. Qual foi a sua principal função enquanto esteve em Angola?

Diretor Técnico do Projeto 3 – Criação da Academia Militar de Angola.

2. Participava ativamente nas reuniões que ocorriam relativas à Academia Militar de Angola?

Participava regularmente nas reuniões.

3. As suas opiniões e intervenções eram tidas em conta?

Aparentemente, as minhas intervenções e opiniões eram escutadas.

4. Os oficiais portugueses são considerados uma mais-valia nesta cooperação?

Eu considero que os oficiais portugueses são uma mais-valia em qualquer projeto de cooperação.

5. Vê no futuro uma oportunidade de parceria com as Forças Armadas Angolanas?

Considero que a Cooperação Técnico-militar pode e deve ser entendida como uma parceria para o desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas.

6. Em relação às principais atividades a desenvolver que eram estabelecidas:

a. Grande parte delas era estabelecida pelos oficiais portugueses, visto que nós tínhamos a experiência?

O meu contributo como Diretor Técnico do Projeto aconteceu numa fase bastante embrionária do projeto de criação da Academia, pelo que se cingiu fundamentalmente à construção do edifício legislativo e a toda a parte documental de suporte à sua criação.

b. Qual o papel do governo angolano e das FAA não sabendo eles quais as atividades que deviam ser realizadas, visto que para eles era tudo de raiz?

As FAA e o governo angolano, para além das diferentes assessorias prestadas por Portugal, são também apoiados por outros países, nomeadamente do leste europeu. Existe naturalmente uma boa aceitação das propostas e ensinamentos prestados, e *“uma sede de conhecimento”*.

7. A documentação elaborada é baseada na existente em Portugal (Regulamento, Planos de Curso, Planos de Estudo, Quadro Orgânico)?

Não totalmente. De acordo com a minha experiência existiu sempre uma forte influência dos modelos dos países do leste europeu.

8. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Angola aos futuros oficiais angolanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?

Dependerá em grande medida da qualidade do nosso trabalho e da vontade angolana.

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome	ANTÓNIO JOSÉ PIRES MENDES
Idade	48
Posto	TENENTE-CORONEL
Função atual	CHEFE DA REPARTIÇÃO DE APOIO SOCIAL/ DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL
Período em que se encontrou em Angola	JUL 2009 – AGO 2010
Formação Académica	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS MILITARES

QUESTÕES:

1. Qual foi a sua principal função enquanto esteve em Angola?

Inicialmente era Diretor Técnico do Projeto de Cooperação Militar que visava a implementação de uma Academia Militar Conjunta “Academia Militar de Angola (AMA)”, projeto esse que estava “parado”, porquanto já havia uma clara intenção das Forças Armadas Angolas (FAA) em abandonar este conceito e avançar coma Academia por Ramos. Este desiderato viria a ocorrer a partir de Setembro de 2009 com a nomeação do TGen António Queirós como Comandante da Academia Militar do Exército (AMEx), que passei a assessorar diretamente.

Antes e até à minha transferência para o Lobito (MAR2010), onde foi criado o núcleo de implementação da AMEx, continuei a assessorar a Direção de Preparação de Tropas e Ensino (DPPTE)/EMGFAA em Luanda, onde tinha gabinete.

2. Participava ativamente nas reuniões que ocorriam relativas à Academia Militar de Angola?

Sim, quer junto da DPPTE, quer posteriormente no Estado-maior do Exército, após a criação da AMEx.

3. As suas opiniões e intervenções eram tidas em conta?

Não tenho qualquer dúvida relativamente a este facto; participei em vários fórum de discussão sobre este assunto, nas reuniões da DPPTE com os Ramos, nas jornadas de Preparação Combativa e Ensino, onde fui palestrante, em várias apresentações efetuadas no Conselho Superior do Exército, para além de inúmeras reuniões com o TGen Queirós.

4. Os oficiais portugueses são considerados uma mais-valia nesta cooperação?

São e muito, embora muitas vezes o sucesso dependa de relações interpessoais, nos projetos em que existem apenas um ou dois oficiais e a assessoria se faça a uma entidade ou órgão diretamente. Já terão mais sucesso com projetos em que se privilegie a formação com intervenção direta dos assessores portugueses.

5. Vê no futuro uma oportunidade de parceria com as Forças Armadas Angolanas?

Sim em várias áreas, sobretudo na formação, área muito carente nas Forças Armadas Angolanas, sobretudo ao nível da qualidade dos oficiais formadores e nas indústrias de defesa.

6. Em relação às principais atividades a desenvolver que eram estabelecidas:**a. Grande parte delas era estabelecida pelos oficiais portugueses, visto que nós tínhamos a experiência?**

Uma boa parte eram propostas pela assessoria; desenvolvimento do normativo enquadrante, recrutamento, plano de cursos, necessidade formação para os futuros formadores, para além da componente organizativa; nesta parte era necessário entender lógicas de funcionamento diferentes (ex.: existem as armas de Artilharia e Defesa Aérea e Defesa Química, para além da Logística e Administração).

b. Qual o papel do governo angolano e das FAA não sabendo eles quais as atividades que deviam ser realizadas, visto que para eles era tudo de raiz?

Em boa verdade não eram de “raiz”, já havia do antecedente formação de oficiais. Antes dos acordos de paz e do eclodir novamente da guerra em 1992, existia uma escola de formação de oficiais no Huambo com assessoria cubana que tinha qualidade em todo o processo formativo.

Com a perda do Huambo para UNITA esta escola foi extinta e criada uma outra no Lobito (Escola Inter-armas de Oficiais) que nunca apostou na qualidade formativa (Tivemos um projeto de cooperação nesta Escola, cujo Comando da mesma nunca apoiou devidamente, por lhe ter sido imposto).

No tempo em que estive ligado ao Projeto de Cooperação com a AMEx em Angola havia a percepção que finalmente existia vontade de avançar com a criação do Ensino Superior Militar na vertente “operacional”, uma vez que já existia, há dois anos, o Instituto Superior Militar que formava oficiais para a Saúde Militar e Engenharia.

7. A documentação elaborada é baseada na existente em Portugal (Regulamento, Planos de Curso, Planos de Estudo, Quadro Orgânico)?

No momento em que estive presente a base de trabalho eram os nossos normativos, com a preocupação de adaptar a uma realidade muito diferente da nossa. Inúmeras dificuldades se nos colocavam os oficiais tinham proveniências muito distintas ao nível da formação (Rússia, Cuba, Brasil, Portugal entre outros), para além destes existiam oficiais superiores mas sem qualquer curso ou formação académica; apenas com alguma experiência de guerra. Outros dos grandes constrangimentos era o facto de não existir qualquer base doutrinária, embora a doutrina militar

portuguesa fosse a mais vinculada em virtude de estarmos ou termos estado presentes nas várias escolas de formação de oficiais e sargentos (ESE, Escola Superior de Guerra, Escola de Oficiais Inter-armas), existiam porém outras assessorias nas Unidades Operacionais como sejam a Russa e a Cubana (esta última na saúde militar).

8. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Angola aos futuros oficiais angolanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?

Num longo prazo poder-se-ão atingir patamares de qualidade bons. No imediato e no médio prazo afigura-se-me difícil porquanto a qualidade dos oficiais formadores é muito limitada.

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome	CARLOS MANUEL DA SILVA CARAVELA
Idade	47
Posto	TENENTE CORONEL
Função atual	DIRECTOR TÉCNICO PROJECTO 7 CTM ANGOLA
Período em que se encontrou em Angola	DESDE 18 DE FEVEREIRO, NA FUNÇÃO ACTUAL DESDE 28 DE FEVEREIRO
Formação Académica	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS MILITARES - ARTILHARIA

QUESTÕES:

1. Qual foi a sua principal função enquanto esteve em Angola?

Estarei em Angola, previsivelmente até 25 de Fevereiro de 2014 e a minha função desde 28 de Fevereiro do ano corrente é de Diretor Técnico do Projeto 7, com naturalmente tarefas de assessoria em todas as áreas de atividade da Academia Militar do Exército.

2. Participava ativamente nas reuniões que ocorriam relativas à Academia Militar de Angola?

Antes da minha vinda não tive qualquer participação formal em qualquer atividade relativa à Academia Militar do Exército, e o meu conhecimento do processo relaciona-se com a troca de impressões que ia fazendo com os oficiais que me antecederam no cargo. Neste momento a Academia é uma realidade e as reuniões em que participo, sempre o mais ativamente que me for permitido, são ao nível da CTM e as internas desta Academia.

3. As suas opiniões e intervenções eram tidas em conta?

Tenho essa perceção positiva. Não serão todas. A assessoria cubana ocupa um espaço muito importante e tem uma representação enorme, com intervenção

administrativa, logística e na docência, o que involuntariamente acaba por tornar a vantagem da assessoria portuguesa menos óbvia.

4. Os oficiais portugueses são considerados uma mais-valia nesta cooperação?

Pessoalmente julgo que sim, mas decorrente da pergunta e resposta anteriores, só uma presença física mais pujante e menos abrangente, como a que ocorre atualmente, ou seja, a trabalhar diretamente com, no máximo dois interlocutores e de forma específica é que essa mais-valia será mais mensurável em objetivos atingidos.

5. Vê no futuro uma oportunidade de parceria com as Forças Armadas Angolanas?

A oportunidade está cá, assim o queiramos. No que à Academia Militar do Exército diz respeito o espaço de crescimento é enorme. O que é preciso é que não permitamos que outros se antecipem a ocupar alguns dos espaços vitais que estão sem a tal assessoria específica.

6. Em relação às principais atividades a desenvolver que eram estabelecidas:

a. Grande parte delas era estabelecida pelos oficiais portugueses, visto que nós tínhamos a experiência?

Sim, existe a montante esse pressuposto, mas sempre com o aval dos responsáveis angolanos e depois de analisadas e interpretadas as suas vontades. A questão não passa por saber o que a parte angolana quer fazer, mas como vai fazer, é uma questão de “arrancar”, é o método, é a integração de todos os recursos que são necessários a qualquer projeto.

b. Qual o papel do governo angolano e das FAA não sabendo eles quais as atividades que deviam ser realizadas, visto que para eles era tudo de raiz?

As instituições reconhecem o que é preciso fazer. Nem tudo é de raiz. Os oficiais com que tenho trabalhado não se limitam a acatar as nossas sugestões. A permuta, a discussão construtiva existe. Assim, o papel das instituições não é passivo, muito pelo contrário. Boa parte dos obstáculos a uma evolução mais acentuada e que permita aquelas “caminhar” sozinhas, sem a ajuda de ninguém, é a gestão, o método, é dispor dos recursos necessários de forma integrada.

7. A documentação elaborada é baseada na existente em Portugal (Regulamento, Planos de Curso, Planos de Estudo, Quadro Orgânico)?

A base de apoio é essencialmente a portuguesa, mas igualmente a europeia e a americana. Embora não connosco, mas a Rússia e Cuba também servem de exemplo. Registe-se no entanto a muita vontade de emancipação da parte angolana neste aspeto, ou seja, criar de novo.

8. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Angola aos futuros oficiais angolanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?

Seria bom que tal acontecesse, mas como já escrevi anteriormente a assessoria cubana “domina” determinadas áreas onde já não temos qualquer espaço, mesmo apenas colaborativamente.

Acresce que onde ainda temos capacidade de intervenção específica seria vantajoso que atuássemos com celeridade ou esse espaço, à medida que for dando tendo protagonismo será igualmente ocupado.

A Academia Militar do Exército tem todo o potencial para vir a formar com qualidade não só os nacionais mas igualmente cidadãos dos países africanos.

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome	LUÍS MANUEL RICARDO DOS SANTOS
Idade	46
Posto	TENENTE CORONEL
Função atual	CHEFE DA REPARTIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR/ DIREÇÃO DE ENSINO
Período em que se encontrou em Moçambique	DE JULHO DE 2010 A JULHO DE 2011 (1ANO)
Formação Académica	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SÓCIO MILITARES

QUESTÕES:

1. Qual foi a sua principal função enquanto esteve em Moçambique?

- Diretor do Projeto nº3 da Academia Militar Marechal Samora Machel. De referir que esta Academia forma elementos dos 3 Ramos das Forças Armadas. Assessorava tecnicamente o General Comandante para todas as áreas da AMMSM. Em virtude de ser uma Academia conjunta, tinha que analisar os assuntos referentes ao Exército, Marinha e Força Aérea. Para o efeito eu era apoiado por assessorias de elementos da Marinha e força Aérea (Portuguesa) sempre que necessário.

2. Participava ativamente nas reuniões que ocorriam relativas à Academia Militar de Moçambique?

-Participava nas reuniões em que era solicitado. Sempre que havia algum acontecimento importante, o Cmdt reunia-se comigo para discutir os assuntos. Posteriormente havia sempre uma reunião em que eles chamavam se socialização, em que analisavam as propostas que a assessoria proponha para tomarem as decisões.

3. As suas opiniões e intervenções eram tidas em conta?

- De uma maneira geral eles tinham sempre em conta as minhas opiniões, pois a estrutura da AMMSM é semelhante à AM (PO) e, eles tinham em conta a nossa experiência.

4. Os oficiais portugueses são considerados uma mais-valia nesta cooperação?

- Com certeza que sim, pois sem eles o projeto não tinha sido implementado, pode afirmar-se que em termos de cooperação foi um dos projetos com sucesso, pois formámos a AMMSM desde o início e atualmente já têm oficiais formados em todas as especialidades, desde a Infantaria, Marinha, Piloto etc.. e de todos os Ramos

5. Vê no futuro uma oportunidade de parceria com as Forças Armadas de Moçambique?

- Vejo com grande potencial a parceria com Forças Armadas de Defesa de Moçambique (é assim que são designadas), quer em termos de cooperação militar, quer na reestruturação de unidades, venda de equipamento e no futuro a participação em missões de apoio à Paz em conjunto, pois a mesma língua traz mais-valia.

6. Em relação às principais atividades a desenvolver que eram estabelecidas:**a. Grande parte delas era estabelecida pelos oficiais portugueses, visto que nós tínhamos a experiência?**

Existe um Programa-Quadro que estabelece os objetivos e são estabelecidos objetivos técnicos entre o diretor do projeto e a contraparte Moçambicana tendo como referencial os objetivos específicos estabelecidos no Programa-Quadro.

Nos fazemos propostas, mas o topo da hierarquia dos Oficiais já apresentam uma boa qualidade e são eles que decidem, não esquecer que alguns deles frequentaram a AM (PO) desde 1986.

b. Qual o papel do governo Moçambicano e das FADM não sabendo eles quais as atividades que deviam ser realizadas, visto que para eles era tudo de raiz?

O governo moçambicano sempre esteve recetivo à cooperação e à ajuda externa portuguesa, pois falarmos a mesma língua e a nossa permanência durante anos no País trouxe-nos laços comuns de amizade apesar da guerra colonial.

7. A documentação elaborada é baseada na existente em Portugal (Regulamento, Planos de Curso, Planos de Estudo, Quadro Orgânico)?

É semelhante, pois os cursos têm como referencial os realizados em Portugal, a AMSM em termos orgânicos é um pouco diferente em virtude de ser conjunta.

8. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Moçambique aos futuros oficiais Moçambicanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?

Num futuro eles seguirão o seu rumo conforme a evolução do País, até poderá ter superior qualidade.

No presente segue os nossos padrões, ainda não atingidos.

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome	ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA QUEIRÓS
Idade	56
Posto	TENENTE-GENERAL
Função atual	COMANDANTE DA ACADEMIA MILITAR
Período em que se encontra nessa função	DESDE 2009
Formação Académica	MESTRE EM CIÊNCIAS MILITARES

QUESTÕES:

1. **Como considera a relação profissional e interpessoais que mantém com os Oficiais Portugueses que se encontram em Angola como Diretores do Projeto da Academia Militar?**

Excelente.

2. **Considera uma mais-valia o apoio prestado pelos oficiais portugueses no que respeita à conceção da futura Academia Militar do exército Angolano?**

Sim.

3. **Considera que este apoio se deverá manter?**

Certamente.

4. **Em que áreas considera que os Oficiais Portugueses foram mais válidos e mais intervenientes?**

Em todo o processo de edificação da Academia Militar.

5. **Qual a razão de ter sido adotado um plano de estudos similar ao da Academia Militar Portuguesa para a futura Academia Militar do Exército?**

Porque se ajusta à realidade do Ensino Universitário Público angolano. É o modelo que os exércitos mais equilibrados têm atualmente.

- 6. Acredita que a formação que irá ser ministrada em Angola aos futuros oficiais angolanos será equiparada à portuguesa e terá os mesmos padrões de qualidade?**

É esta a razão da resposta número cinco.

Anexos

Anexo A – Pontos Essenciais dos Acordos de Bicesse

O Governo da República Popular de Angola (GRPA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com a mediação do Governo de Portugal e a participação de observadores dos governos dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), aceitam como vinculativos os seguintes documentos, que constituem os Acordos de Paz para Angola:

- a) Acordo de Cessar-Fogo (incluindo os anexos I e II);
- b) Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola (incluindo o anexo relativo à Comissão Militar Mista);
- c) Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA;
- d) O Protocolo do Estoril.

Estes acordos de paz foram rubricados em 1 de Maio de 1991 pelos respetivos líderes das delegações e subsequentemente aprovados pelo GRPA e da UNITA (como é atestado pela comunicação endereçada ao Primeiro-Ministro de Portugal não depois da meia-noite de 15 de Maio de 1991, que ocasionou a suspensão de facto das hostilidades em Angola a partir dessa data) e entrarão em vigor imediatamente após a sua assinatura.

a) Acordo de Cessar-Fogo

A definição e princípios caracterizam o cessar-fogo como a cessação de hostilidades entre o GRPA e a UNITA, com o fim de alcançar a paz em todo o território nacional. Indicam que o cessar-fogo deve ser total e definitivo em todo o território nacional, e que tem de garantir a livre circulação de pessoas e bens. A supervisão geral do cessar-fogo será da responsabilidade do GRPA e da UNITA, no quadro da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), criada de acordo com o anexo aos Princípios Fundamentais para o

Estabelecimento da Paz em Angola. A ONU será convidada a enviar monitores para apoiarem as partes angolanas, a pedido do GRPA.

O cessar-fogo inclui a cessação de toda a propaganda hostil por parte dos partidos, a nível doméstico e internacional, e obriga os partidos a absterem-se de adquirir equipamento letal. O compromisso dos EUA e da URSS em não fornecerem equipamento letal a qualquer das partes angolanas, e em encorajarem outros países a agirem de forma semelhante, fica registado.

A secção sobre a entrada em vigor do cessar-fogo indica que é necessária a estrita observância dos compromissos assumidos pelas partes, assim como das decisões tomadas pelos órgãos com autoridade para verificar e fiscalizar o cessar-fogo. Entre as questões abordadas estão os abastecimentos logísticos de materiais não letais, a libertação de todos os prisioneiros civis e militares detidos em consequência do conflito (com verificação do Comité Internacional da Cruz Vermelha), e a aplicação do cessar-fogo a todas as forças estrangeiras presentes em território angolano. A secção enumera todas as atividades a cessar. A não observância de qualquer uma das disposições acima estabelecidas constitui uma violação do cessar-fogo, sem prejuízo das decisões tomadas pelos grupos de verificação e fiscalização.

Será criada uma Comissão Mista de Verificação e fiscalização (CMVF) antes da entrada em vigor do cessar-fogo. A sua composição está indicada, e fica determinado que a CMVF reportará à CCPM. Terá autoridade para criar os grupos de supervisão necessários para a completa observância do cessar-fogo. Tais grupos serão subordinados à CMVF. É tratada a criação e composição dos grupos de monitorização, e são fornecidos alguns detalhes sobre a monitorização dos grupos pela ONU.

Os órgãos e mecanismos criados para verificar e fiscalizar o cessar-fogo deixaram de existir no final do cessar-fogo. No anexo I são delineadas outras disposições relacionadas com a verificação e fiscalização do cessar-fogo.

Quanto à regulação das medidas de verificação e fiscalização é declarado que a CMVF terá a autoridade necessária para garantir uma observância eficaz do cessar-fogo, e são enumerados os seus deveres específicos. A CMVF decidirá sobre os seus próprios regulamentos, tem também autoridade para definir as funções e aprovar os regulamentos de quaisquer grupos de monitorização que criar. Os grupos de monitorização acompanhamento farão verificações "no local" à observância do cessar-fogo, para impedir, verificar e investigar possíveis violações.

O calendário do cessar-fogo (mais detalhado no anexo II) fornece as datas de acontecimentos chave, incluindo da rubrica do Acordo, da suspensão de facto das hostilidades, da assinatura e entrada em vigor do cessar-fogo, da criação dos grupos de monitorização, da instalação do sistema de verificação da ONU, e dos movimentos de forças para as áreas de agrupamento. Na data das eleições, o processo de cessar-fogo estará terminado e os órgãos de verificação e fiscalização serão extintos.

Anexo I: Verificação e fiscalização do cessar-fogo

O anexo I especifica as disposições referentes à verificação e fiscalização do cessar-fogo acordadas pelas partes.

O mandato e os regulamentos da Comissão Mista de Verificação e fiscalização (CMVF) estabelecem que a CMVF é responsável pela implementação e funcionamento dos mecanismos de verificação do cessar-fogo. São detalhadas as suas responsabilidades específicas. A composição, localização e linhas orientadoras da CMVF são indicadas, assim como a frequência das suas reuniões, que serão presididas alternadamente pelo GRPA e a UNITA. As decisões da CMVF, vinculativas por natureza, serão tomadas por consenso entre as partes. No caso de a CMVF não chegar a uma decisão, ou de a CCPM rejeitar essa decisão, a decisão final caberá a este último órgão.

São fornecidos detalhes sobre o sistema de verificação e fiscalização. A monitorização do cessar-fogo no local é assegurada pelo GRPA e pela UNITA, através de grupos de monitorização subordinados à CMVF e compostos por 8 a 12 indivíduos de cada parte, de acordo com o Apêndice 1, Sistema de Monitorização, Gráficos Organizacionais.

A localização dos grupos está referida no Apêndice 2, Zonas de Agrupamento (listando as 27 zonas de agrupamento para as tropas do GRPA e as 23 zonas para as tropas da UNITA) e no Apêndice 3, Aeroportos e Portos (listando 32 aeroportos e 22 portos). A ligação entre a CMVF e os grupos de monitorização é garantida por grupos de monitorização regionais, de seis regiões e sub-regiões especificadas. Funcionários da ONU verificarão se os grupos de monitorização estão a assumir as suas responsabilidades. São fornecidos mais detalhes sobre o seu papel, a responsabilidade pela sua segurança e o apoio que requerem.

São estipuladas as disposições para as zonas de aquartelamento. Entre elas, que todas as forças armadas estejam acantonadas 60 dias após a entrada em vigor do cessar-fogo, nas áreas especificadas no Apêndice 2. As forças de ambas as partes devem respeitar

na íntegra as regras de conduta contidas no Apêndice 4, Regras de Conduta para as Tropas nas Zonas de Aquartelamento. As secções seguintes tratam das disposições para os abastecimentos nas zonas de acantonamento de cada uma das partes, e dos postos de controlo fronteiriço listados no Apêndice 5, Postos Fronteiriços (listando 37 postos).

As forças paramilitares ou militarizadas de ambas as partes já deverão ter sido desmobilizadas ou integradas nas respetivas forças militares regulares, na altura em que o cessar-fogo entre vigor, o que será verificado pela CMVF. Outras secções tratam da troca de informação militar listada no Apêndice 6, Informação Militar a ser trocada entre o GRPA e a UNITA (em que são listados pontos relativos à informação militar, sob os títulos Pessoal, Equipamento e Armamento, e Outros) e das investigações sobre a existência de arsenais de armas químicas.

Anexo II: Sequência de Tarefas nas Diferentes Fases do Cessar-Fogo

O Anexo detalha o Calendário descrito no acordo, segundo as seguintes fases: Fase Preliminar (1 a 15 de Maio de 1991); 1ª Fase (15 – 29/31 de Maio de 1991, assinatura e entrada em vigor do acordo); 2ª Fase (31 de Maio – 30 de Junho de 1991, implementação do sistema de monitorização); 3ª Fase (1 de Julho – 1 de Agosto de 1991, transferência de forças); 4ª Fase (1 de Agosto de 1991 – data das eleições, verificação e fiscalização do acordo).

b) Princípios Fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola

Ponto 1: O reconhecimento pela UNITA do Estado Angolano, do Presidente José Eduardo dos Santos e do Governo Angolano, até serem realizadas eleições gerais.

Ponto 2: No momento em que cessar-fogo entrar em vigor, a UNITA adquirirá o direito a realizar e participar livremente em atividades políticas, de acordo com a Constituição revista e leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária.

Ponto 3: O GRPA realizará conversações com todas as forças políticas, para escutar as suas opiniões quanto às alterações propostas à Constituição. Depois, o GRPA trabalhará com todos os partidos para criar as leis que regularão o processo eleitoral.

Ponto 4: Irão realizar-se eleições livres e justas, após um recenseamento eleitoral conduzido sob a supervisão de observadores eleitorais internacionais, que permanecerão em Angola até certificarem que as eleições foram livres e justas e até os resultados terem sido anunciados oficialmente. Na altura da assinatura do cessar-fogo, as partes determinarão o período dentro do qual deverão ser realizadas eleições livres e justas. A data exata das referidas eleições será estabelecida através de consulta a todas as forças políticas de Angola.

Ponto 5: Respeito pelos direitos humanos e liberdades básicas, incluindo o direito de livre associação.

Ponto 6: O processo de criação do Exército Nacional começará quando o cessar-fogo entrar em vigor, e terminará em data a acordar entre o GRPA e a UNITA. A neutralidade do Exército Nacional durante o processo eleitoral será garantida pelas partes angolanas, no quadro da CCPM, com o apoio do grupo de monitorização internacional.

Ponto 7: Proclamação e entrada em vigor do cessar-fogo em todo o território angolano, em conformidade com o acordo a ser concluído a este respeito entre o GRPA e a UNITA.

Anexo

O anexo contém o acordo entre as partes para formarem a CCPM, na altura da assinatura dos Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola. A composição, tarefas e autoridade da CCPM são indicadas. A CCPM deverá assegurar que os acordos de paz são aplicados, e tomar a decisão final sobre possíveis violações desses acordos. Deverá ter a autoridade necessária para aprovar todas as regras relativas ao seu funcionamento, particularmente quanto aos seus regulamentos internos. As suas decisões serão tomadas por consenso entre o GRPA e a UNITA.

c) Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA

1. No momento em que cessar-fogo entrar em vigor, a UNITA adquirirá o direito a realizar e participar livremente em atividades políticas, de acordo com a Constituição revista e leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária. Na altura da assinatura do cessar-fogo, as partes determinarão o período dentro do qual deverão ser realizadas eleições livres e justas. A data exata das referidas eleições será estabelecida através de consulta a todas as forças políticas de Angola.

2. O GRPA realizará conversações com todas as forças políticas, para escutar as suas opiniões quanto às alterações propostas à Constituição. Depois, o GRPA trabalhará com todos os partidos para criar as leis que regularão o processo eleitoral.

3. O acordo de cessar-fogo obrigará as partes a deixarem de receber material letal. Os EUA, a URSS e todos os outros países apoiarão a implementação do cessar-fogo e deixarão de fornecer material letal a qualquer uma das partes angolanas.

4. A supervisão política geral do processo de cessar-fogo será da responsabilidade das partes angolanas, no quadro da CCPM. A verificação do cessar-fogo será da responsabilidade do grupo internacional de monitorização. A ONU será convidada a enviar monitores para apoiarem as partes angolanas, a pedido do GRPA. Os governos que enviarão monitores serão escolhidos pelas partes angolanas, no quadro da CCPM.

5. O processo de criação do Exército Nacional começará quando o cessar-fogo entrar em vigor, e terminará na data das eleições. A neutralidade do Exército Nacional durante o processo eleitoral será garantida pelas partes angolanas, no quadro da CCPM, com o apoio do grupo de monitorização internacional. As partes angolanas reservam para negociações posteriores as discussões sobre a ajuda internacional que possa ser necessária para formar o Exército Nacional.

6. Irão realizar-se eleições livres e justas para o novo Governo sob a supervisão de observadores eleitorais internacionais, que permanecerão em Angola até certificarem que as eleições foram livres e justas e até os resultados terem sido anunciados oficialmente.

d) Protocolo do Estoril**Eleições**

É proclamado que serão realizadas eleições. Para o Presidente da República, serão por sufrágio direto e secreto, através de um sistema de maioria, com o recurso a uma segunda volta, se necessário. Para a Assembleia Nacional, serão por sufrágio direto e secreto, através de um sistema de representação proporcional a nível nacional. Um processo de consultas, envolvendo todas as forças políticas angolanas, determinará se decorrerão em simultâneo, assim como a duração do período oficial de campanha eleitoral. Uma opinião técnica (não vinculadora das partes) sobre a sua duração desejável será obtida de um organismo internacional especializado, como a ONU. A votação será secreta e serão tomadas medidas especiais para aqueles que não sabem ler ou escrever. Estas medidas serão incluídas na lei eleitoral, a ser criada após o cessar-fogo, depois de um processo de consultas entre o GRPA e todas as forças políticas angolanas.

Todos os partidos políticos e pessoas interessados terão oportunidade de se organizarem e de participarem no processo eleitoral em pé de igualdade, independentemente das suas posições políticas. A liberdade total de expressão e associação, e o acesso aos meios de comunicação, serão garantidos.

As partes aceitaram a proposta tripartida das delegações de Portugal, EUA e URSS, para que as eleições se realizem entre 1 de Setembro e 30 de Novembro de 1992. As partes concordaram que a seguinte declaração tripartida deverá ser levada em consideração na discussão da data exata: "Considerando as dificuldades logísticas na organização do processo eleitoral, especificamente a conveniência de as eleições se realizarem na época seca, e a necessidade de reduzir os altos custos que a comunidade internacional terá de despende com o monitorização do cessar-fogo, as delegações de Portugal, Estados Unidos e União Soviética, recomendam vivamente que as eleições se realizem durante a primeira parte do período sugerido, preferivelmente entre 1 de Setembro e 1 de Outubro de 1992."

Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM)

Quanto à CCPM, o documento assinala que, segundo os Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o GRPA e a UNITA e o anexo aos Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola, a missão da CCPM é a supervisão política geral do processo de cessar-fogo.

Terá o dever de assegurar que os acordos de paz são aplicados, e tomar a decisão final sobre possíveis violações desses acordos. As suas decisões serão tomadas por consenso entre o GRPA e a UNITA, após escutada a opinião dos observadores. A CCPM não visa substituir o GRPA e o seu mandato termina na data em que o governo eleito tomar posse. As tarefas para as quais a CCPM se deverá estruturar são listadas, a composição da CCPM é estipulada, e é indicado que as suas reuniões deverão ser presididas alternadamente pelo GRPA e pela UNITA, sem prejuízo para o princípio do consenso no processo de tomada de decisão. São fornecidos detalhes relativos ao apoio de conselheiros, e às responsabilidades da CCPM quanto a regulamentos internos e orçamento.

Princípios relativos ao problema da segurança interna durante o período entre a entrada em vigor do cessar-fogo e a realização de eleições.

É indicado que todos os angolanos terão o direito a conduzir e realizar atividades políticas sem sofrerem intimidações, de acordo com a Constituição revista e as leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária, e com as disposições dos Acordos de Paz. São criadas medidas para verificar e fiscalizar a neutralidade da polícia, através de equipas de monitorização, e é especificada a composição, mandato, e quantidade proposta por província das equipas. As equipas de monitorização estão subordinadas à CCPM, e devem fornecer relatórios das suas atividades a esse organismo.

Em conformidade com o convite do Governo, a UNITA participará na força policial responsável pela manutenção da ordem pública. São dadas garantias quanto à disponibilidade de vagas e de formação para os recrutas da UNITA. A UNITA será responsável pela segurança pessoal das suas altas chefias, e o GRPA concederá estatuto policial aos membros da UNITA encarregados de garantir essa segurança.

Direitos políticos a serem exercidos pela UNITA após o cessar-fogo

De acordo com as disposições contidas nos Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o GPRA e a UNITA, na altura da entrada em vigor do cessar-fogo, a UNITA adquirirá o direito a conduzir e participar livremente em atividades políticas, de acordo com a Constituição revista e as leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária. Incluindo especificamente: liberdade de expressão, o direito a apresentar, publicar e debater livremente o seu programa político, o direito a recrutar e angariar membros, o direito a organizar reuniões e manifestações, o direito de acesso à comunicação social do estado, o direito à liberdade de movimentos e segurança pessoal dos seus membros, o direito a apresentar candidatos às eleições, e o direito de abrir sedes e gabinetes de representação em qualquer parte de Angola. Sem prejuízo para estas estipulações, que permitem à UNITA o exercício imediato desses direitos, a UNITA deve, após a entrada em vigor do cessar-fogo, satisfazer os requisitos formais para o seu registo como partido político, em conformidade com a Lei dos Partidos Políticos.

Estruturas administrativas

Ambas as partes aceitam o princípio da extensão da Administração Central às zonas de Angola que presentemente se encontram fora do alcance da sua autoridade. Ambas as partes reconhecem que essa extensão não deve ser feita abruptamente ou colocar em perigo a livre circulação de pessoas e bens, as atividades das forças políticas, e a execução das tarefas relacionadas com o processo eleitoral. Ambas as partes concordam em deixar para data posterior o estudo da implementação dessa extensão, que será efetuada no quadro da CCPPM por equipas competentes, compostas por representantes do GRPA e da UNITA.

Criação das Forças Armadas Angolanas

Quanto à Identificação e Princípios Gerais, as partes concordam que serão criadas as Forças Armadas Angolanas (FAA). A missão global das FAA é definida como a defesa e salvaguarda da independência e da integridade territorial. A composição das FAA será constituída exclusivamente por cidadãos angolanos, e a sua estrutura organizacional será unitária. Terá uma composição, estrutura de alto comando, tropas, mecanismos e

equipamento, determinados de acordo com ameaças externas previsíveis e as condições socioeconómicas do país.

As FAA são não partidárias e obedecem aos órgãos de soberania competentes, no âmbito do princípio de subordinação à autoridade política, e comprometem-se publicamente a respeitar a Constituição e outras leis da República. Os militares em serviço ativo terão o direito de voto, mas não poderão usar as suas funções ou as unidades estruturais das FAA para interferirem em quaisquer outras atividades de política partidária ou sindicais.

O processo de criação das FAA deverá começar com a entrada em vigor do cessar-fogo e deverá terminar na data das eleições, devendo evoluir em simultâneo com o aquartelamento, desarmamento, e integração na vida civil das tropas desmobilizadas. O recrutamento das FAA durante o período anterior às eleições deverá decorrer de acordo com o princípio da livre vontade, a partir das fileiras das FAPLA e FALA. É obrigatório que todo o pessoal militar incorporado nas FAA antes da data das eleições frequente cursos de formação profissional, com vista a alcançar uma unificação em termos de doutrina e métodos, que conduza ao desenvolvimento de um espírito de corpo essencial.

Na altura em que forem realizadas as eleições, apenas deverão existir as FAA, não poderão existir quaisquer outras tropas. Todos os membros das presentes forças armadas de cada uma das partes, que não se incorporem nas FAA, deverão ser desmobilizados antes da realização de eleições. Adicionalmente são dadas garantias quanto à neutralidade das forças armadas durante o período anterior à realização de eleições, aos direitos individuais do pessoal militar e à salvaguarda das unidades criadas durante esse período.

Em Poderio das Tropas, são especificados os números de tropas do Exército, Força Aérea e Marinha, e é acordado que cada uma das partes fornecerá ao Exército 20.000 homens (15.000 soldados, 3.000 sargentos e 2.000 oficiais). As primeiras tropas atribuídas à Força Aérea e à Marinha deverão ser fornecidas pelos ramos respetivos das FAPLA, tendo em conta que as FALA não possuem tais unidades.

Assim que começar o processo de formação das FAA, a UNITA poderá participar na Força Aérea e Marinha, em termos a ser definidos no âmbito da CCFA. Entre várias outras disposições criadas em relação à Força Aérea e Marinha, constam as que definem que elas deverão estar sujeitas a verificação e fiscalização, e deverão estar subordinadas ao Alto Comando das FAA.

Em Estruturas de Comando das FAA, são fornecidos princípios gerais que indicam que a CCFA, subordinada à CCPM, deverá ser criada especificamente para dirigir o

processo de criação das FAA. São criadas disposições que asseguram a natureza não partidária da Estrutura de Comando das FAA, como está descrito no anexo. As nomeações para o Alto Comando e para os comandos dos três ramos das FAA serão propostas pela CCFA, e aprovadas pela CCPM. A CCFA constitui o órgão de transição, até à data das eleições, entre as estruturas político-militares e a estrutura das FAA. São fornecidos mais detalhes quanto à sua composição e funções. As últimas incluem, entre outras, a proposta de critérios para a seleção de pessoal das FAPLA e FALA, com vista à criação das FAA, e a proposta dos nomes dos principais oficiais comandantes das FAA.

São indicadas a missão global e a composição do Alto Comando das FAA, assim como os princípios para estruturação do Comando do Exército das FAA e a criação da Força Aérea e Marinha (os detalhes serão publicados em diretivas a emitir pela CCFA). É tratada a criação e funcionamento de um Comando Logístico e de Infraestruturas, e as suas responsabilidades particulares. A estrutura de comando e as unidades do seu Estado-Maior são mais detalhadas.

O calendário para o processo de criação das FAA é descrito em cinco fases. Imediatamente após a nomeação de cada comando deverão ser organizados os respetivos Estados-Maiores. Assistência Técnica de Países Estrangeiros. As partes informarão o Governo Português, nunca depois da data de notificação da aceitação dos acordos, sobre quais são os países que serão convidados a ajudar no processo de criação das FAA.

Desmobilização. A acomodação das forças desmobilizadas constitui um problema nacional, que deverá ser estudado conjuntamente pelas duas partes e submetido à CCPM para análise e decisão. O mesmo tratamento deverá ser dado ao problema das pessoas que ficaram fisicamente incapacitadas devido à guerra.

Anexo B – Protocolo de Lusaka**ANEXO 3 – QUESTÕES MILITARES (I)**

- a) Restabelecimento do cessar-fogo
- b) Retirada, aquartelamento e desmilitarização de todas as forças militares da UNITA
- c) Desarmamento de toda a população civil

I – DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS

1. O restabelecimento do cessar-fogo consiste na cessação das hostilidades entre o Governo da República de Angola e a UNITA com vista à obtenção da Paz em todo o território nacional.
2. O restabelecimento do cessar-fogo deve ser total e definitivo em todo o território nacional.
3. O restabelecimento do cessar-fogo deve garantir a livre-circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.
4. A supervisão, controle e verificação geral do cessar-fogo restabelecido será da responsabilidade das Nações Unidas atuando no quadro do seu novo mandato com a participação do Governo e da UNITA.
5. O restabelecimento do cessar-fogo inclui a cessação de toda a propaganda hostil entre o Governo da República de Angola e a UNITA tanto a nível nacional como a nível internacional.

II – PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS RELATIVOS AO RESTABELECIMENTO DO CESSAR-FOGO

1. Cessação bilateral e efetiva das hostilidades e dos movimentos e acções militares "in situ", em todo o território nacional.
2. Instalação dos mecanismos de verificação e fiscalização pelas Nações Unidas, no quadro do novo mandato.
3. Retirada e aquartelamento de todas as forças militares da UNITA (parágrafo 8 da Resolução 864 do Conselho de Segurança da ONU), devendo a UNITA dar às Nações Unidas informações actualizadas, fidedignas e verificáveis sobre a composição das suas forças, armamento, meios e respectivas localizações.
4. Verificação e fiscalização pelas Nações Unidas de todas as tropas identificadas como FAA, devendo o Governo dar às Nações Unidas informações acutiladas, fidedignas e

verificáveis sobre a composição das suas forças, armamento, meios e respectivas localizações,

5. As FAA desengajar-se-ão a partir das posições avançadas num dispositivo que permita a verificação e fiscalização pelas Nações Unidas durante a retirada e o aquartelamento das forças militares da UNITA.

6. Repatriamento de todos os mercenários existentes em Angola.

7. Livre-circulação de pessoas e bens.

8. No contexto do processo de selecção de efectivos destinados à conclusão da formação das FAA, dar-se-á a recolha, armazenamento e custódia, pelas Nações Unidas, do armamento das forças militares da UNITA no momento do aquartelamento.

9. Recolha, armazenamento e custódia de todo o armamento na posse de CMS.

10. Libertação de todos os prisioneiros civis e militares detidos ou retidos em consequência do conflito, sob a Supervisão do CICV;

III – MODALIDADES

1. Cessação das hostilidades “in situ”.

2..Estabelecimento de mecanismos de verificação, fiscalização e controle, incluindo o sistema triangular de comunicações e questões logísticas.

3. Desengajamento limitado das forças nas áreas onde estejam em contacto directo.

4. Tratamento das situações em que as FAA e as forças militares da UNITA não estejam em contacto directo.

5. Fornecimentos pelas FAA e pelas forças militares da UNITA às Nações Unidas de informações relativas às suas respectivas forças.

6. Reforço do pessoal das Nações Unidas actualmente existente, tanto a nível dos observadores militares como a nível de forças de manutenção de paz armadas.

7. Estabelecimento das áreas de aquartelamento.

8. Identificação dos itinerários e dos meios para a movimentação das forças militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.

9. Verificação e fiscalização das forças militares do Governo.

10. Movimentação das forças militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.

11. Recolha, armazenamento e custódia do armamento das forças militares da UNITA sob a supervisão e controle das Nações Unidas.

12. Recolha, armazenamento e custódia de todo o armamento na posse de civis.

13. Libertação de todas os prisioneiros civis e militares detidos ou retidos em consequência do conflito, sob a supervisão do CICV.

14. Regresso dos generais da UNITA saídos das FAA. Selecção e desmobilização das forças excedentárias no âmbito da conclusão da formação das FAA.

15. Livre-circulação de pessoas e bens.

IV – CALENDARIZAÇÃO DAS MODALIDADES DO CESSAR-FOGO BILATERAL

Dia D - Rubrica do Acordo pelo Governo da República de Angola e pela UNITA sobre os princípios gerais e específicos e procedimentos dos pontos da agenda de trabalhos das conversações de Lusaka II.

D + 10 - Reunião dos Estados Maiores das FAA e das forças militares da UNITA sob os auspícios das Nações Unidas e dos Observadores presentes para estabelecerem as modalidades técnicas da cessação das hostilidades 'in situ', tendo em vista:

- desengajamento das tropas;
- as questões logísticas;
- estabelecimento dos mecanismos de verificação;
- as linhas de comunicação;
- os itinerários de movimentos;
- os números específicos, tipo e localização das forças;
- as áreas de aquartelamento para as forças da UNITA.

D + 15 - Data da assinatura formal do Protocolo de Lusaka pelo Governo da República de Angola e a UNITA e início do seu cumprimento. O Governo e a UNITA farão declarações públicas sobre a implementação do restabelecimento do cessar-fogo.

D + 17 - Primeira Fase

A primeira fase consiste em cinco etapas que devem ser observadas pelas duas partes:

- A primeira etapa inicia-se com o fim de todos os movimentos ofensivos e acções militares "in situ" em todo o território nacional. As duas partes abster-se-ão de qualquer

movimento. A cessação das hostilidades" in situ" significa que as forças militares permanecerão onde se encontram. As forças militares podem ser abastecidas de alimentos e medicamentos sob a verificação e fiscalização das Nações Unidas. Não podem receber qualquer equipamento militar, letal ou semelhante. Todos os movimentos ofensivos e acções militares são interditos.

Antes da chegada dos observadores das Nações Unidas, os Estados Maiores de ambas as partes serão encorajados a tomarem medidas conjuntas para reduzir a possibilidade de uma violação do cessar-fogo e para investigar incidentes. As Nações Unidas serão notificadas da evacuação dos combatentes feridos e doentes para efeitos de controle e verificação.

- A segunda etapa inicia-se com a instalação de mecanismos de verificação, fiscalização e controle (incluindo comunicações triangulares) pelas Nações Unidas.

- Essa etapa inclui a notificação pelas partes de todos os dados importantes às Nações Unidas. As Nações Unidas criarão e colocarão no terreno equipas suas para fiscalizar e verificar a cessação das hostilidades em todo o território nacional e investigar alegadas violações. Os dispositivos das Nações Unidas serão colocados no terreno com base na lista de prioridades previamente estabelecidas.

- A terceira etapa começa com a libertação de todos os prisioneiros civis e milhares detidos ou retidos em consequência do conflito, sob a supervisão do CICV.

- Quarta etapa

- a. A quarta etapa envolve o desengajamento limitado de forças nas áreas onde elas estejam em contacto (desengajamento das duas forças), sob a supervisão das Nações Unidas. As duas partes serão informadas de qualquer movimento a ser efectuado. Nos locais em que as tropas estão em contacto, as forças das duas partes cessarão os combates e observarão uma postura defensiva. As duas partes executarão um desengajamento de forças limitado (far-se-á uma movimentação curta para se evitar combates directos ou indirectos) com a assistência das Nações Unidas. O desengajamento de forças será coordenado e acordado entre as Nações Unidas, as FAA e as forças militares da UNITA. As tropas da UNITA deslocar-se-ão para as áreas designadas pelas Nações Unidas e acordadas entre os Estados Maiores. As Forças Armadas Angolanas deslocar-se-ão para os seus quartéis mais próximos. O desengajamento de forças será supervisionado pelas Nações Unidas,

- b. Nos locais em que as Forças Armadas e as forças militares da UNITA não estejam em contacto, as duas permanecerão onde estiverem. As Nações Unidas

serão oficialmente informadas sobre a localização dessas unidades pelas duas partes. As modalidades de reabastecimento mencionadas na primeira etapa continuam aplicáveis.

c. Em todos os casos, as duas partes fornecerão os detalhes concernentes às suas respectivas forças, incluindo o número de efectivos, composição e tipo de força, tipo de equipamento e a sua localização específica. Isso permitirá às Nações Unidas estabelecer os mecanismos apropriados de verificação, fiscalização ou de controle.

- A quinta etapa consiste no repatriamento de todos os mercenários presentes em Angola.

D + 45 - Segunda Fase

A segunda fase consiste em seis etapas:

- A primeira etapa inicia-se com o reforço do pessoal actual das Nações Unidas, tanto dos observadores militares como das forças de manutenção de paz armadas. Esse reforço permitirá a retirada das forças militares da UNITA das áreas por ela ocupadas, a efectiva verificação e fiscalização das áreas desocupadas pelas forças militares da UNITA, e a verificação e fiscalização das tropas do Governo que permanecem in situ".

- A segunda etapa envolve as Nações Unidas e as duas partes na organização de áreas de aquartelamento, itinerários e identificação de meios para a movimentação das forças militares da UNITA para as áreas de aquartelamento. Para fins de planificação por parte das Nações Unidas, as áreas de aquartelamento devem ser pelo menos 12. Durante essa etapa, as forças do Governo e da UNITA permanecerão onde estiverem. Após o estabelecimento das condições para o aquartelamento das forças da UNITA, as Nações Unidas notificarão as duas partes sobre as modalidades específicas da retirada.

- A terceira etapa inicia-se com a movimentação das tropas da UNITA para as áreas de aquartelamento. Aquando da retirada das forças da UNITA, as Nações Unidas verificarão e fiscalizarão as áreas por ela desocupadas. As forças do Governo (FAA) permanecerão onde estiverem e não será permitida a ocupação das áreas desocupadas pelas forças militares da UNITA até à incorporação das forças militares da UNITA nas FAA. Enquanto as forças militares da UNITA se deslocam para as áreas de aquartelamento, as forças do Governo em coordenação com as Nações Unidas, podem retirar-se para as áreas onde possam ser facilmente verificadas e fiscalizadas pelas Nações Unidas. Na maior parte dos casos, as forças do Governo regressarão aos seus quartéis de origem. O conceito

consiste nas forças do Governo concentrarem-se a fim de facilitar a sua verificação. Contudo, não haverá movimentação de forças sem a notificação e verificação por parte das Nações Unidas. O movimento das forças será progressivamente fiscalizado e verificado pelas Nações Unidas e será executado com base na disponibilidade dos seus dispositivos. O pessoal das Nações Unidas será colocado no terreno no quadro do novo mandato das Nações Unidas.

- A quarta etapa envolve a conclusão do aquartelamento das forças da UNITA, a recolha, o armazenamento e a custódia do seu armamento sob a supervisão e controle das Nações Unidas e o início da recolha, armazenamento e custódia de todo o armamento na posse de civis, pela Polícia Nacional, sob a verificação e fiscalização das Nações Unidas. A operação de recolha de todo material de guerra letal das forças militares da UNITA será conduzida directamente pelo Estado-Maior Geral e Comando destas tropas, sob a verificação, fiscalização e controle das Nações Unidas. As Nações Unidas recolherão acto continuo esse material de guerra letal, procedendo ao seu armazenamento das munições e dos materiais ficarão separados das áreas de aquartelamento.

- A quinta etapa consiste na conclusão do processo de aquartelamento, no regresso dos generais da UNITA saídos das FAA, no início do processo de selecção para as FAA das forças militares da UNITA e na desmobilização das forças excedentes. A selecção para as FAA e a desmobilização das forças da UNITA terão somente início após a conclusão do processo de aquartelamento.

- A sexta etapa inclui a verificação pelas Nações Unidas, em conformidade com o seu mandato, da livre-circulação de pessoas e bens.

ANEXO 4 – QUESTÕES MILITARES (II)

d. conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas (FAA), incluindo a desmobilização.

I – PRINCÍPIOS GERAIS

1. processo da conclusão da formação das FAA, sob a verificação e fiscalização das Nações Unidas, garantirá a existência de forças armadas únicas, nacionais, apartidárias, obedientes aos órgãos de soberania da República de Angola.

2. A composição das Forças Armadas Angolanas obedecerá ao princípio da proporcionalidade entre as forças militares do Governo e da UNITA conforme os Acordos de Bicesse.

3. Os efectivos militares excedentários ao número a ser acordado entre o Governo de Angola e a UNITA para a composição das FAA serão desmobilizados e integrados na sociedade civil, dentro de um programa nacional de reinserção social a ser empreendido pelo Governo da República de Angola com a participação da UNITA e a ajuda da comunidade internacional.

II – PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS

1. Após o processo de selecção das forças militares da UNITA, os elementos seleccionados serão incorporados nas FAA, sob a supervisão do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, onde já estarão presentes os oficiais gerais oriundos da UNITA.

2. Para efeitos administrativo-logísticos, os elementos excedentários serão geridos pelo Estado-Maior General acima referido, no que diz respeito à formação profissional, desmobilização e à reinserção na sociedade civil.

3. O processo de selecção, incorporação e enquadramento militar das forças militares da UNITA nas FAA iniciar-se-á após a conclusão do aquartelamento de todas as forças militares da UNITA.

4. Durante o processo de conclusão da formação das FAA, aquando da selecção das forças militares da UNITA, terá lugar a adequação da composição das FAA ao princípio da proporcionalidade acordado entre o Governo da República de Angola e a UNITA.

5. As Nações Unidas verificarão no quadro de seu novo mandato o estrito cumprimento dos acordos respeitantes às FAA, sem prejuízo das competências do Governo da República de Angola em matéria de política de defesa nacional,

6. A comissão conjunta a ser criada no quadro do novo mandato das Nações Unidas, com a participação do Governo de Angola, UNITA, Nações Unidas e Países Observadores será também encarregada de fazer cumprir os princípios gerais e específicos relativos à conclusão da formação das FAA e o processo de selecção e desmobilização dos efectivos militares excedentários das partes.

III – MODALIDADES

- Primeira Fase

Começa com a rubrica dos Acordos de Lusaka entre o Governo da República de Angola e a UNITA e vai até ao aquartelamento das forças militares da UNITA.

Criação de um grupo de trabalho para supervisionar a conclusão da formação das FAA e desmobilização, no contexto da comissão conjunta a ser criada no quadro do novo mandato das Nações Unidas. O referido grupo de trabalho compreenderá representantes das Nações Unidas, do Governo de Angola e da UNITA. O trabalho deste grupo será baseado nas informações fornecidas às Nações Unidas pelo Governo de Angola e pela UNITA relativas ao efectivo, composição e localização de suas respectivas forças militares e das deliberações provenientes da reunião entre os Estados Maiores Gerais das FAA e das forças militares da UNITA. O grupo de trabalho responsabilizar-se-á pelo acompanhamento das seguintes tarefas concernentes à conclusão formação das FAA e desmobilização:

- critérios para a selecção
- efectivos a acordar entre o Governo da República de Angola e a UNITA
- adequação da composição das FAA, respeitando o princípio da proporcionalidade:
 - a) no caso do exército, respeitando o princípio da paridade
 - b) no caso da marinha e da força área, os efectivos militares da UNITA serão incorporados segundo as disposições estabelecidas pela CCFA (Acordos de Paz) e instruções do Estado-Maior das FAA
- definição da localização e reabilitação dos centros de formação militar lá existentes
- definição da localização e reabilitação dos centros de formação profissional lá existentes, para os militares candidatos à desmobilização
- definição da localização, construção e reabilitação dos quartéis, para as unidades das FAA
- recursos necessários para o enquadramento militar e especialização dos efectivos das FAA
- recursos logísticos e administrativos para todas as tarefas.

- Segunda Fase

Começa com a conclusão do aquartelamento das forças milhres da UNITA e vai até ao início do movimento para os centro de formação profissional dos militares desmobilizados.

i. Primeira Etapa

Regresso dos oficiais generais da UNITA saídos das FAA.

ii. Segunda Etapa

Dissolução do grupo de trabalho mencionado na primeira fase e a assunção pelo Estado-Maior General das FAA das suas funções relativas à conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas e desmobilização.

iii. Terceira Etapa

Criação de um grupo de trabalho, dependendo do Estado-Maior das FAA, funcionando na área de planeamento, que supervisionará o cumprimento das tarefas que levam a conclusão da formação das FAA. Este grupo de trabalho terá uma ligação técnica com as Nações Unidas.

iv. Quarta Etapa

Seleção do pessoal militar da UNITA para as FAA e dos que serão desmobilizados. O Estado-Maior General das FAA assumirá também a responsabilidade do apoio logístico e administrativo a todo o pessoal militar da UNITA, tanto os seleccionados para as FAA como os seleccionados para a desmobilização. Esta etapa inclui também a selecção pelo Governo de Angola do seu pessoal militar que permanecerá nas FAA e aqueles que serão desmobilizados.

v. Quinta Etapa

Incorporação por fases nas FAA, do pessoal militar da UNITA seleccionado para as FAA e movimento para os centros de formação de especialistas militares ou para as unidades operacionais.

vi. Sexta Etapa

Movimento inicial dos militares das FAA e das forças militares da UNITA que serão desmobilizados para os centros de formação profissional.

- Terceira Fase

Começa com o prosseguimento da selecção e incorporação do pessoal militar da UNITA nas FAA, selecção do pessoal militar do Governo que permanece nas FAA, e vai até à conclusão da formação das FAA, total desmobilização e verificação final pelas Nações Unidas do cumprimento do que prescreve o Protocolo de Lusaka quanto à conclusão da formação das FAA e desmobilização dos excedentes.

Anexo C - Mapa de Angola



Fonte: <http://noticias-angola.com/>